

----- A C T A N . º
02-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
20 ABRIL DE 2007-----Aos vinte dias do mês de Abril de 2007, pelas
21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no edifício
dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de
Trabalhos:-----**1.º Ponto** - Discussão e votação dos
Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2006, do Município de Torres
Vedras, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----**2.º Ponto** – Discussão e
votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão, do ano de 2006, dos
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da
Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----**3.º Ponto** -
Discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais para 2007 – Orçamento /Despesa e
Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos
da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----
-----**4.º Ponto** – Apreciação do relatório da Comissão de Acompanhamento dos assuntos de Saúde
n o C o n c e l h o d e T o r r e s
Vedras;-----**5 .º Ponto** -
Apreciação de uma Exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade Municipal, nos
termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----
-----**6.º Ponto** – Rectificação da deliberação da Assembleia Municipal de 28.06.06 - Autorizar a
Câmara Municipal de Torres Vedras a adquirir parte de imóvel junto ao Castro do Zambujal, nos
termos da alínea i) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual
redacção;-----**7.º Ponto** – Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras a desafectar do
domínio público municipal, e conseqüente integração no domínio privado da autarquia, a área de
1100 m², nos termos da alínea b) do n.º 4 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----**8.º Ponto** – Reconhecer o interesse público do Pavilhão
Gimnodesportivo da Fonte Grada – propriedade da Associação de Moradores Cultura e Recreio,
IPSS de Fonte Grada;-----**9.º Ponto** – Discussão e votação da 2.ª proposta de
alteração do Regulamento Orgânico do Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos
termos da alínea n) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----
-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel
Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela

Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo M. J. Carvalho, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, António José de Oliveira Esteveira, Luís Pedro Saldanha Miranda, Hugo Miguel Fernandes Martins, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda e António Filipe Narciso dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves, Joaquim Manuel Oliveira Gomes e Rui José Prudêncio. -----Faltaram os membros Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira e Carlos Manuel Lopes Veloso. -----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Carlos Manuel Pires de Pina, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES: -----

O Sr. Presidente da Mesa informou que a acta n.º 8 de 15 de Dezembro do ano transacto, e n.º1 de 7 de Fevereiro, que foram previamente distribuídas por todos os membros, se encontravam na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.----- Não se registaram correcções e a Assembleia tomou conhecimento.-----

LEITURA **DA**

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 9 documentos que a seguir se indicam:

DOCUMENTO

1:-----Ofício número 1325, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações,

de 22 de Março último, a enviar algumas informações sobre o IC11, na sequência da moção aprovada por este órgão deliberativo e remetida a este Ministério.-----

DOCUMENTO

2:-----Ofício
número 3723, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Março último, a informar que na reunião de 7/03/07 com o Presidente da E.P – Estradas de Portugal tiveram conhecimento que a empreitada para a requalificação da EN9 continua com reclamações judiciais, encarando esta entidade a hipótese de ter de vir a anular o concurso para o lançar de novo.-----Informam ainda que se confirma que a tutela ordenou que o estudo prévio do traçado norte do IC11 contemplasse um acesso a partir das Palhagueiras, o que está a ser equacionado, e vai ser lançado concurso de estudo prévio para os traçados do troço sul.-----

DOCUMENTO

3:-----Ofício
número 4896, da Câmara Municipal de Torres Vedras a remeter cópia do ofício do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, e da E.P – Estradas de Portugal, sobre a Variante Torres Vedras – Santa Cruz, no que diz respeito ao facto do acesso à zona industrial localizado nas Palhagueiras, a cerca de 5 km para poente das soluções desenvolvidas, vir a ser integrado no âmbito do Estudo Prévio do IC11 “Peniche –Torres Vedras”, com uma faixa de rodagem.-----

RENUNCIA DE

MANDATO:-----

DOCUMENTO

4:-----Fax da Junta
da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, de 12 do corrente, a informar que na sequência do pedido de renuncia apresentado pelo Sr. Vítor Manuel Vitorino, presidente desta Junta de Freguesia, em funções até ao dia 30 de Março, tomou posse Ana Cristina Abreu Moreira, passando a mesma a exercer funções desde 1 de Abril de 2007, e que por inerência ao cargo assumirá igualmente funções como membro da Assembleia Municipal.-----O Presidente da Mesa, informou que nos termos do n.º 4 do art.º 76 .º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, encontrava-se presente na sala a Sra. Ana Cristina Abreu Moreira, que tomou o seu lugar.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO

5:-----E-mail de
Paulo Adelino Esteves Gonçalves, a solicitar a sua substituição ao abrigo do normativo legal em título.-----Foi convocada

Cacilda da Silva e Costa, membro a seguir na lista nos termos do art.º 79.º do diploma supra identificado----- **DOCUMENTO**

6:-----Fax de Cacilda da Silva e Costa, a informar a sua indisponibilidade para estar presente na sessão ordinária de 20 de Abril em substituição de Paulo Adelino Gonçalves, solicitando a sua substituição nos termos legais aplicáveis.-----

Foi convocado e encontrava-se presente Joaquim Manuel Oliveira Gomes.-----

DOCUMENTO 7:-----

-----E-mail de António Carlos Nunes Carneiro, de 16 de Abril último, a informar que por motivos profissionais estará ausente durante os dias 19 a 21 de Abril, não podendo estar presente na sessão ordinária de 20 de Abril, solicitando a sua substituição ao abrigo do diploma em título.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Susana Maria Ribeiro das Neves.-----

DOCUMENTO

8:-----E-mail de Jorge Henrique Horta Ferreira, de 19 de Abril último, a informar que por motivos profissionais estará ausente durante os dias 19 a 21 de Abril, não podendo estar presente na sessão ordinária de 20 de Abril, solicitando a sua substituição ao abrigo do diploma em título.-----Foi convocado e encontrava-se presente Rui José Prudêncio.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

DOCUMENTO 9:-----

-----E-mail de António Esteveira a apresentar a justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 7 de Fevereiro, por necessidade de prestar assistência à família.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia Deliberou aceitar todas as justificações de faltas apresentadas.----- Teve início o período antes da ordem do dia.----- **RENUNCIA AO MANDATO DE VITOR**

VITORINO – PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE A-DOS CUNHADOS:-----

O Presidente da Assembleia Municipal, *Sr. Alberto Avelino* saudou a nova colega e expressou votos de felicidade ao colega Vítor Vitorino.-----Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, o seu líder *Sr. José Augusto de Carvalho*, fez uma breve e sentida referência ao ex colega Vítor Vitorino, com o qual tiveram um convívio gratificante. Salientou que como autarca sempre se manifestou amante da sua terra, extremamente dedicado, e nesta oportunidade que cessa as suas funções executivas e de membro da Assembleia Municipal, saudavam-no, saudando ao mesmo tempo a colega Ana Cristina Moreira que o vem

substituir.-----

----O Líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, **Sr. Alfredo Reis** também deu as boas vindas à nova autarca, desejando-lhe a melhor sorte e melhores venturas na Presidência da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados.-----

Pediu o uso da palavra a Presidente de Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, **Sra. Ana Cristina Moreira** que passou a ler uma mensagem que o Sr. Vítor Vitorino remeteu ao Órgão Deliberativo, assim:-----“Não podia deixar de nos enviar uma mensagem nesta hora que é um ponto de viragem para a A-dos-Cunhados e para mim pessoalmente.-----

Nos últimos dias de uma longa caminhada pela vida Autárquica e ao mesmo tempo uma passagem pela Universidade da Vida Política, que para mim foi a Assembleia Municipal, presidida por um grande mestre e professor Dr. Alberto Avelino, especializado no ensino do saber estar na vida. Ao Alberto Avelino um muito obrigado.-----Foi para mim um motivo de satisfação ter o privilégio de passar por essa grande escola, onde em cada elemento da Assembleia Municipal encontrei um grande amigo e por onde têm passado grandes homens e mulheres, na qual muito têm feito por este Concelho que se chama Torres Vedras.

----Neste momento de viragem para a Freguesia de A-dos-Cunhados não podia deixar de vos enviar esta mensagem. Estou convicto do momento oportuno para a passagem do testemunho do cargo para que fui eleito nas últimas eleições de 2005. Uma decisão muito ponderada mas com a convicção de que veio ao encontro dos interesses da Freguesia de A-dos-Cunhados do Concelho de Torres Vedras.-----

----Encontrei em cada Presidente de Câmara um amigo. Não só um amigo pessoal mas também um amigo de Torres Vedras e das nossas Freguesias, compartilhei com eles muitos bons, mas também difíceis momentos, consciente que nem sempre consegui alcançar os meus objectivos, mas na certeza de ter recebido da parte destes grandes homens uma palavra amiga, de conforto e uma palavra de esperança e de incentivo. São também a estes grandes homens José Augusto de Carvalho, Jacinto Leandro e Carlos Miguel, que eu Vítor Vitorino quero manifestar em nome da minha F r e g u e s i a u m m u i t o m u i t o Obrigado.-----Gostaria também de deixar uma palavra de agradecimento a todos os que me acompanharam ao longo desta jornada. A todos os que sabiamente me souberam aconselhar, ensinar e me ajudaram a construir o legado que deixo aos novos dirigentes que futuramente vão dirigir, e tenho a certeza, que muito bem, os destinos desta grande Freguesia que é A-dos-Cunhados.-----Gostaria de deixar também uma certeza de que para mim foi uma honra poder participar no desenvolvimento do Concelho de Torres Vedras. Por isso o meu muito obrigado, a todos os homens e mulheres que se

dedicam a esta causa nobre afincadamente, independentemente de cores partidárias de que cada um faz parte, na certeza de que para todos vós em primeiro lugar está o interesse deste Concelho que é Torres Vedras.-----Para terminar resta-me desejar o melhor e maior sucesso para todos quanto participaram e participam com o seu esforço e empenho, desejando que assim continuem, para que possamos ter um Concelho cada vez mais desenvolvido, onde haja mais cultura, mais espaços lúdicos, mais educação, mais acção social, mais desporto, mais saúde e mais qualidade de vida. Um Concelho onde todos nós possamos ter ainda mais orgulho de dizer EU SOU TORREENSE. A todos o meu muito obrigado e BEM HAJAM!”-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DA AV.ª POENTE 2.ª FASE PELA CDU:-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** manifestou a sua surpresa por alguém se ter aproveitado da obra para fazer um simulacro de inauguração, gesto que não apreciou, e no seu entender deslustrou o conceito que os nossos concidadãos têm dos eleitos locais.-----

-----Prosseguiu indicando que não encontra motivos para uma atitude desta natureza. Entendia que os Executivos Municipais e respectivos serviços devem disponibilizar todas as informações solicitadas, que quer a oposição quer qualquer membro entendam ser pertinente para melhor poderem exercer a missão que lhes cabe, pelo que no caso em apreço, questionava se não foi fornecida qualquer informação que tenha sido solicitada.-----

-----Continuou indicando que atitudes com encenação carnavalesca não dignificam a família autárquica torriense e não só não se revê neste tipo de atitudes, como se sente indirectamente atingido pelas mesmas.-----

-----O Líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, **Sr. Alfredo Reis** disse ter achado engraçada a forma que a CDU usou para criticar o atraso da Av. Poente- 2.ª fase.-----

-----O **Sr. Joaquim Gomes** pediu o uso da palavra para esclarecer que a inauguração simbólica da Av.ª Poente, foi apenas no sentido de chamar a atenção para o atraso da obra e pela conhecida derrapagem financeira, e não numa atitude carnavalesca.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a obra em apreço, não tem nem nunca teve qualquer problema político, e não existe qualquer problema de decisão ou indecisão.-----

-----Acrescentou que tem problemas técnicos, a nível do projecto e alguns a nível da execução da obra, mas tem a promessa técnica que a obra deverá estar pronta no final do próximo mês de Maio.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECOMENDAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----O Líder do Grupo Municipal do

Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, Sr. *Nozes Pires* apresentou uma recomendação, a qual gostaria de ver votada e que se transcreve::-----“1.º Recomendamos que os recintos do Parque Verde da Várzea sejam local apropriado para a realização de eventos culturais entre os meses de Abril e Setembro, organizados directamente pela Câmara, ou protocolados com Associações e Colectividades interessadas; eventos diversificados, que podem compreender tanto o teatro, a música, espectáculos audiovisuais e outras artes performativas, artes plásticas (instalações, exposições de escultura, etc.). Continuamos a acreditar que é possível e urgente criar públicos e gostos diferenciados, certamente, mas que é socialmente injusto cavar o fosso entre as «artes eruditas» e as «artes populares». Embora atribuamos todo o valor à participação activa das associações que prosseguem actividades culturais (filarmónicas, ranchos folclóricos e outros géneros musicais, teatro, etc.), propomos que pessoas singulares ou colectivas (artesãos e outros artistas, por exemplo), não integradas necessariamente em associações, possam inscrever-se livremente para exporem os seus projectos. Para o primeiro caso, propomos que as associações se reúnam para o efeito, ou sejam consultadas, pelo menos, de modo a que seja elaborado e preenchido um programa coerente e calendarizado para esses meses. O facto desses eventos serem ao ar livre e num espaço público deveras interessante, pode aproximar as pessoas dos acontecimentos culturais e acrescentar uma *mais-valia* a tais espaços de lazer da população da cidade e do Concelho.-----2º -

Recomendamos que a Câmara proporcione aos jovens estudantes do ensino superior, ou que irão ingressar em breve, ou de outros estudos, a possibilidade de prestarem serviços nas diversas associações, como as que prestam serviços à população idosa, e de Socorros, nas escolas pré-escolares e do 1º ciclo, ou que possam colaborar na limpeza de áreas florestais e cursos de água de interesse público, e de monumentos pertencentes ao património histórico edificado. Recomendamos que a esses jovens estudantes seja paga um salário nunca inferior a 100 euros mensais.-----Os eleitos da Coligação Democrática Unitária.-----

20.04.2007”-----

-----O **Presidente da Câmara**, no que se refere à realização de eventos culturais no Parque Verde, informou que a programação existente está vocacionada para o espaço lúdico em causa, dando nota de “Ponha-se a mexer” e “Noites do Parque”, além das actividades diárias promovidas pelo Centro de

I n f o r m a ç ã o

Ambiental.-----Quanto às actividades para os jovens, informou que existe um Banco de Voluntariado em actividade no concelho, sendo através do mesmo que são canalizadas estas actividades. Deu como exemplo a Festa da Juventude, a realizar de 4 a 12 de Maio, na qual participam aproximadamente 39

voluntários.-----

-----O *Sr. Nozes Pires* acrescentou que os eventos do parque Verde da Várzea devem ser gratuitos.-----Quanto à segunda recomendação, no seu entender o voluntariado não substitui nem colide com a sua proposta, que era extensiva a muitos mais jovens, com um pagamento que iria satisfazer necessidades que os mesmos têm nesse período longo que estão à espera de ingressar no ensino

superior.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa*, tendo presente o teor da recomendação, disse que o documento seria remetido à Câmara, para os devidos efeitos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FEIRA DA SAÚDE – 20 A 22 DE ABRIL NO PAVILHÃO

EXPOTORRES:-----A *Sra. Susana Neves* congratulou-se com a realização da

1.ª Feira da Saúde em Torres Vedras, uma vez que a temática da saúde torna-se tão importante ser trabalhada, nas diferentes problemáticas e desafios. Realçou como positivo os parceiros alcançados para concretização do evento.-----Disse ainda que enquanto membros do Órgão Deliberativo, compete-lhes ter uma atitude activa e de responsabilidade em estar presente na iniciativa. Alertou que se irá realizar uma recolha de possíveis doadores de medula óssea no dia 2 às 19 horas, incitando a todos para participarem.-----Terminou com o voto de que este seja o

primeiro de muitos certames futuros.-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as referencias positivas.-----A Assembleia Municipal tomou

conhecimento.----- **ANTIGO POSTO DE VIACÃO E**

TRÂNSITO – CHOUPAL:-----O membro *Flores da Cunha*

questionou se o posto em questão é propriedade da Câmara Municipal de Torres Vedras, uma vez que está a degradar-se rapidamente, necessitando de manutenção. Fez notar que se encontra localizado na entrada norte da cidade, e constituiu um cartão de visita negativo.-----O

Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o posto não é propriedade da autarquia, mas da Direcção Geral de Património, e encontra-se concessionado ao município como posto de turismo.-----Mais esclareceu que já solicitaram a esta entidade autorização para utilizá-lo como quiosque, dado que existem pedidos nesse sentido.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSITO – PASSADEIRAS – CIDADE DE TORRES

VEDRAS:-----O *Sr. João Bastos* deu nota que teve conhecimento de

um atropelamento numa passadeira da Av. 5 de Outubro, e alertou que quer as passadeiras desta artéria quer de outras na cidade, não respeitam a salvaguarda dos 5 metros que consta no Código da

Estrada.-----Atendendo ao facto de a Câmara poder vir a ser responsabilizada em caso de acidente por estar a taxar estacionamento em sítios indevidos, sugeriu que antes das passadeiras deixem de haver lugares taxados e seja pintada sinalização vertical (listas amarelas).-----Reforçou que assim se aumentaria a visibilidade das passadeiras e salvaguardaria a Câmara para eventuais problemas que pudessem vir a ocorrer.-----Ainda sobre o mesmo assunto, e atendendo ao facto de estar próximo a abertura da Avenida Poente- 2.ª fase, a autarquia devia equacionar melhorar as condições das passadeiras na Rua Maria Barreto Bastos em direcção ao parque Verde da Várzea.-----Lembrou que já têm ocorrido alguns atropelamentos nas passadeiras e que os condutores têm tendência a alcançar alguma velocidade porque são duas vias, sugerindo a colocação de lombas, o que também funcionaria como redutor de velocidade para os veículos.-----O **Sr. Sérgio Jacinto** pediu o uso da palavra para subscrever as palavras do seu colega de bancada acerca da Rua Ana Maria Bastos. Lembrou que oportunamente a Câmara corrigiu as viragens à esquerda, interditando-as, o que poderá ser também uma boa solução para esta artéria e para a Rua Albarran Grilo, quando intercepta a Rua Maria Barreto Bastos, que as passadeiras ao invés de estarem à direita, estivessem antes do cruzamento.-----Indicou que permitiria que os automobilistas circulassem com um pouco menos de velocidade, além de, ao permitir que o peão atravessasse, os veículos teriam também mais facilidade de entrar na via.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que comungava das preocupações do membro, concordando que a distancia dos 5 metros deve ser respeitada, dado que melhora muito as condições de segurançados transeuntes.-----

-----No que se refere às passadeiras da Rua Leal D'Ascensão, manifestou a sua esperança de ver um dia colocadas plataformas superiores.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AQUISIÇÃO DAS RUÍNAS DO ANTIGO CONVENTO DE PENAFIRME:-----

O **Sr. Francisco Branco** manifestou a sua satisfação pela aquisição do edifício em título, apesar de entender que aconteceu com alguns anos de atraso. No entanto ainda foi a tempo de preservar as raízes daquele espaço, sendo do conhecimento de todos a importância do convento velho de Penafirme para aquela região.-----Por último solicitou que fossem tomadas as devidas providências para que os espaço fosse vedado uma vez que se verifica a deposição ilegal de lixo velho e utilizam o local para circular com moto-quatro, que está

destruir cada vez mais a zona envolvente.-----O *Sr. Presidente da Câmara* assentiu que a preocupação do membro é também a da autarquia, e informou que assim que for celebrada a escritura, será essa a primeira intervenção a levar a cabo.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----- **LIVRO** -

AZENHA DE SANTA CRUZ: -----O *Sr. Francisco Branco* manifestou o seu agrado pelo lançamento da obra em título que teve lugar no dia 10 de Março no Edifício dos Paços do Concelho.-----Aproveitou para dar nota que com a apresentação deste livro, a existência de um projecto, e o facto do Sr. Presidente ter informado que já celebrou um protocolo com a Junta de Freguesia da Silveira para transferência de verbas para a obra, já se vislumbrava a reconstrução da Azenha, que entendia ser necessário.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SEGURANÇA - ACTUAÇÃO DA PSP E GNR:-----O *Sr. Sérgio Jacinto* deu nota que recentemente foi redefinido o perímetro urbano no que respeita à área de actuação da PSP e GNR no concelho, designadamente nas freguesias da cidade e localidades adjacentes, e ainda do reforço da PSP com duas novas viaturas, 1 reboque e bloqueadores.-----

-----Felicitou a actuação da Câmara, porque lhe pareceu que finalmente o diálogo que tem estabelecido com o novo comandante da esquadra de Torres Vedras, está a dar resultados a nível do ordenamento do trânsito, estacionamento na cidade e estacionamento em segundas filas.-----Reforçou que se nota uma actuação mais musculada da PSP na cidade no que a o trânsito diz respeito.-----

-----Lamentou que esta actuação ainda não tenha feito surtir efeitos positivos no uso do vaivém, que continua com um nível de ocupação muito baixa.-----Ainda em relação à actuação da PSP e GNR, deu nota que ocorrem alguns focos de pequena insegurança e vandalismo na zona envolvente aos Paços do Concelho, principalmente aos fins de semana à noite, tal como no centro de Santa Cruz, situações que poderiam ser alvo de mais atenção por parte destas duas forças de segurança.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E N 9

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* lembrou que em 2004 recebeu

informação do Presidente da Câmara que as obras começariam no fim desse ano, mas já se aproximava o mês de Dezembro de 2007, e tudo indicava que se voltava ao início, com a realização de novo concurso.-----

Deste modo, entendia que, tal como a IC11, esta via devia ser alvo de intervenção dos Órgãos Autárquicos do concelho junto do poder central, de modo a viabilizar uma situação que se arrasta há muito tempo.-----O

Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento**, fez uma breve exposição sobre a troca de correspondência que teve com o Sr. Presidente da Câmara, na sequência de uma reunião que o edil teve com os responsáveis da E.P, e a posterior solicitação dos Presidentes de Junta, abrangidas pela via em causa, para providenciar a marcação de reuniões com carácter de urgência, com o Secretário de Estado das Obras Públicas e o Sr. Presidente das Estradas de Portugal.-----

----Fez notar que se o edil entendeu que não era necessário aceder ao pedido dos autarcas, deveria apenas tê-lo dito, que as juntas fariam o pedido directamente.-----Nesta sequência solicitou que junto das entidades já referidas, o Senhor Presidente da Assembleia providenciasse a marcação das reuniões para que possam obter um conhecimento cabal da realidade da EN9.-----O**Sr.**

Presidente da Câmara lembrou que todos os Presidentes de Junta têm sido sistematicamente informados do que a autarquia tem conhecimento sobre o desenvolvimento de todo o processo referente à EN9.-----

Informou que na última reunião com a E.P, teve conhecimento da hipótese de o concurso ter que ser anulado por razões jurídicas, uma vez que tem sofrido reclamações constantes e sucessivas, cenário que ainda não lhe foi confirmado.-----No

que se refere à intervenção do autarca Paulo Bento, esclareceu que não entendeu a razão de, tendo de imediato dado conhecimento aos autarcas, do resultado da reunião que teve com a EP, quarenta e oito horas depois, estivessem a solicitar a marcação de nova reunião para abordar o mesmo assunto, com as mesmas questões, quando estas já tinham sido esclarecidas dias antes e não havia justificação para uma nova reunião uma vez que não havia dados novos.-----

-----Acrescentou que a EP se mostrou muito receptiva para analisar a situação desta via, sendo certo que se até agora esta entidade, se tem preocupado com as auto-estradas, o ano de 2007 era a altura de começar a projectar as redes secundárias, para que depois estas se possam interligar, factos a autarquia tinha que utilizar a favor da

EN9.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CIRCUITO DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – FREGUESIA DE RUNA:-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Runa, *Sr. José Margaça*, deu nota de que o circuito de recolha de lixo na freguesia a que preside, passou de 3 vezes por semana para duas, com dois dias de intervalo, o que acarreta alguns problemas de acumulação de resíduos fora dos contentores.-----Deste modo solicitou que o sector desse a devida atenção ao problema.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* concordou que o intervalo de dois dias era largo, tendo o Vereador do Sector, Sr. Carlos Bernardes tomado nota.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3.º CICLO DE CONFERÊNCIAS – “AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA”:-----

-----A *Sra. Laura Rodrigues* começou a sua intervenção desejando boa sorte à colega Ana Cristina Abreu, tendo depois referido a realização das conferências em epígrafe, na qual têm participado conferencistas de grande qualidade, salientando a exibição do filme de Al Gore “Uma verdade inconveniente”.-----

-----No seu entender este documentário deveria ser divulgado nas escolas, e ser incluído nas suas actividades, uma vez que é muito recomendável em termos pedagógicos.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ECO 21:-----

A *Sra. Laura Rodrigues* referiu que a pró-actividade do Sector de Ambiente fez com que autarquia tenha alcançado o 7.º lugar, num total de 41 municípios, ao galardão supra identificado, cujo objectivo é promover as boas práticas ambientais e sobretudo premiar a promoção da educação ambiental, que se tem destacado no concelho de Torres Vedras.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FEIRA RURAL:-----

A *Sra. Laura Rodrigues* destacou a retoma da realização da feira em título, agora mais alargada, com a inclusão de um núcleo para promoção de vinhos, o que proporciona a participação de outros concelhos neste certame, que no seu entender é um bom sistema.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I C 1 1

-----O

Sr. José Augusto de Carvalho começou por fazer referência à carta remetida pelo Gabinete do Senhor Secretários das Obras Públicas, em resposta à moção aprovada por este Órgão Deliberativo

em 07.02.07.-----Atento à importância da matéria, salientou que o governo não se confina na pessoa do Senhor Secretário de Estado, questionando se o assunto não devia ser recolocado ao Senhor Ministro, que detém a competência própria e não responsabilidade delegada.-----O **Sr. Alfredo Reis**, referiu que depois de alguns avanços e recuos e algumas informações que foram disponibilizadas, e que sempre foram acreditando que eram verdades, e tendo presente o despacho de Junho do ano transacto, que teve conhecimento há uns dias atrás, concluiu que a decisão estava tomada desde essa data, e tinham andado todo este período a acreditar que ainda havia decisões para serem tomadas, assim como estudos a elaborar.-----Prosseguiu, indicando que o pressuposto de que o traçado do IC11 surgiu porque tinha que existir uma auto-estrada que servisse a região Oeste se alterou, e se não fosse Ota, o IC11 nem sequer existiria, tudo está a ser feito para desviar o seu traçado, com o intuito de facilitar a vida a quem vem da zona ocidental de Lisboa. Trata-se de mais uma circular a Lisboa, e a região do Oeste não é mencionada, e portanto a região Oeste não existe.-----Assim, e tendo presente a moção aprovada pelo Órgão Deliberativo na sessão ordinária de 7 de Fevereiro, questionou o que fariam a seguir. -----O **Sr. Hugo Martins** disse que ouviu com atenção a intervenção do membro José Augusto de Carvalho, tendo achado de grande relevância o pormenor de que o governo não acaba no Sr. Secretário de Estado das obras Públicas, mas é um facto que passa por ele, tendo sido este membro do governo que esteve há pouco tempo em Torres Vedras numa reunião com o PS sobre o IC11. -----Lembrou o último parágrafo da moção aprovada por unanimidade pelo Órgão Deliberativo em 7 de Fevereiro, “Finalmente, mais delibera que se, no futuro, surgirem factos na linha das preocupações preventivamente atrás expostas, deve este Órgão Autárquico ser convocado para os apreciar.”, e tendo sido no dia 17 de Abril publicado o despacho já referenciado, questionou se quando a moção foi proposta o proponente já tinha conhecimento e nada disse.-----Questionou ainda se iria solicitar a realização de uma reunião extraordinária deste órgão, para deliberar novas medidas para manter o traçado do IC11 e, se não fosse, o caso é porque já tinha conhecimento e não deu importância ao despacho.-----O **Sr. José Augusto Carvalho** começou por dizer que entendia que a fidelidade dos responsáveis políticos à escala local e nacional era para com a população que os elegeram, e ninguém deveria ter uma atitude diferente.-----Depois esclareceu que quando o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou a moção não tinha conhecimento das decisões do Senhor Secretário de Estado.-----Quanto à convocação de uma Assembleia extraordinária, não tinha competência para o efeito. Contudo entendia que a matéria em discussão não podia ser iludida, escamoteada e como tal deviam

retomar o tema e confrontar o Sr. Ministro com as preocupações que expuseram em 7 de Fevereiro, acrescidas dos factos que agora tinham tido conhecimento, os quais o Partido Socialista lamentava.-----Indicou que o ofício que foi lido é rebatível ponto por ponto: sobre o facto de senhor Secretário de Estado dizer que o concurso está suspenso desde Janeiro de 2002 deu nota que fez um requerimento, ao qual recebeu resposta emanada do Gabinete do Secretário de Estado, em Outubro de 2003, em que era dito “ neste momento estão em fase de negociações com os dois concorrentes seleccionados para a fase final do concurso”, e se em Outubro de 2003 estavam nesta fase, o concurso não poderia estar suspenso em Janeiro de 2002.-----Sobre a invocação que o problema que é um novo procedimento em termos de IA, esse mesmo ofício de Outubro de 2003, diz que tendo sido o concurso de concepção/construção, algum atraso que daí decorra, é da responsabilidade e deve ser resolvido pelos concorrentes.-----Quando diz que, com Aeroporto o IC11 vai integrar-se na nova rede de acessibilidades, isso sabiam eles desde 1999, porque quando o concurso foi lançado, e foi publicado em Diário da Republica o anuncio do concurso de concessão do lanço TV/Carregado, já tinha sido tomada a decisão de localizar o Aeroporto na Ota, e não podia este dirigente alegar um facto pretensamente novo, quando ele é tão velho quanto o tempo que decorre desde 1999 até agora.-----Proseguiu assinalando que a novidade é este responsável entender que tem de ser servida a zona ocidental da área metropolitana de Lisboa, e dar prioridade a Sintra e a Mafra, em detrimento do Oeste.-----

-Disse que faz outra afirmação no mínimo risível, quando afirma que por esta via se materializa uma circular externa a Lisboa, e uma circular externa a Lisboa que ele conheça já existe, sendo conhecida pela CREL.-----

Assinalou que há expectativas que não podem ser defraudadas, e o IC11 servindo Torres Vedras está consignado desde 1985, no anterior Plano de Rodoviária Nacional, tendo sido reafirmado posteriormente em quatro actos legislativos, que num estado de direito não podem ser atirados para o arquivo, para além de ter sido lançado concurso e aprovado o estudo prévio do traçado, por isso e n t e n d i a q u e e s t a m a t é r i a e s t á l o n g e d e s e r encerrada.-----Assim, apelou que juntassem as preocupações e os argumentos e os endereçassem especificamente ao Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que tem o estrito dever de responder aos órgãos autárquicos.-----Reforçou que não se trata de uma questão partidária, mas uma questão que se revela em termos municipais e regionais, à volta da qual têm que fazer uma prova de unidade.-----Por último declarou que seria injusto se o problema não se resolvesse, apesar de admitir que o governo se arroge a rever

a rede de auto-estradas, sem poder no entanto iludir as expectativas de uma via que sirva o norte interior de Torres Vedras, Lourinhã, assim como as populações do alto concelho de Alenquer, e tudo isto para que não venham gerações futuras dizer que eles não souberam lutar por aquilo que era essencial, e se confrontar com um aeroporto que está ali tão perto, mas afinal está tão longe.-----O Presidente

da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, agradeceu ao membro José Augusto de Carvalho as suas palavras, indicando que estava disponível para este tipo de intervenção.-----

-----Seguiu-se o **Sr. Marco Claudino** que começou por assinalar que a questão colocada pelo seu colega de bancada Hugo Martins, quanto à convocação de uma assembleia extraordinária, não foi respondida, e perante todos os factos já apresentados não entendia que mais era necessário para que tal

acontecesse.-----

-Prosseguiu frisando que, para que a moção não constitua apenas palavras que votaram, e tenha alguma concretização prática que comprometa a Assembleia, o seu proponente, assim como a Mesa da Assembleia, lembrou que o Grupo Municipal do Partido Socialista é suficiente para requerer a convocação do Órgão Deliberativo, para agirem em conformidade com o que aprovaram.-----Referiu que não duvidava que o membro José Augusto de Carvalho desconhecia o despacho, mas a notícia que saiu no “sol online” causou-lhe alguma perplexidade porque indicava que a decisão de alterar o traçado já tinha sido comunicada ao edil torriense em Janeiro de 2007, o qual respondeu que aceitava a decisão por em causa estarem interesses nacionais que se prendem com as acessibilidades ao futuro aeroporto da Ota.-----

-----Assim questionou se o senhor Presidente da Câmara em 7 de Fevereiro já tinha conhecimento da alteração ao traçado e nada disse, tendo levado a que a Assembleia aprovasse uma moção para actuar preventivamente, quando já estavam a actuar muito posteriormente.-----Para terminar, questionou se o Senhor Presidente da Assembleia, em conformidade com o que foi aprovado na moção de 7 de Fevereiro, iria convocar uma reunião extraordinária.-----

-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, informou que reuniria com os líderes dos grupos municipais e com o presidente da Câmara, no sentido de tomarem uma decisão sobre a matéria.-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer que o despacho que foi várias vezes citados nas intervenções refere-se à anulação do concurso para o IC11 Torres Vedras (nó do Sarge)/Carregado.-----

-----Esclareceu também que era do conhecimento geral a intenção do Secretário de Estado desde 2006, de anular este concurso por duas razões objectivas: o facto de Estudo de Impacto Ambiental já

não cumprir as regras, e uma adjudicação agora, pelo decurso de anos, levaria a obra para valores inoportáveis, uma vez que a regra de aplicação da actualização do índice de preços não é correspondente à desinflação que tem havido nas obras.-----Acrescentou que era um mau negócio para o estado e por isso a anulação era evidente, e verificou-se em Junho, tendo agora sido publicado em Diário da Republica.-----No entanto fez notar que a realidade se alterou, uma vez que em 30 de Março foi publicado um edital da Estradas de Portugal, a abrir concurso para o estudo prévio do traçado do IC11 norte – A8/Carregado/Pêro Negro, mencionando como território atravessado os concelhos de Alenquer, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos.-----Frisou que esta realidade é absolutamente contrária aos interesses do concelho, e ao que lhe tinha sido dado a saber, quer pela Secretaria de Estado das Obras Publicas, quer pela EP, que era havendo a intenção de anular o concurso, até porque nunca esconderam o facto de ser mais vantajoso de deslocalizar para sul, teria de ser elaborada um estudo para se aferir qual o traçado mais vantajoso, comparando o antigo com o vigente.-----Assim, sempre esperou que haveria um estudo que não apontasse directamente para Pêro Negro, mas que, numa área mais vasta, viesse a determinar o traçado que seria mais vantajoso, e não era isto que estava no anúncio. Perante estes factos solicitou de imediato uma audiência às duas entidades acima identificadas, do que quais aguarda resposta.-----Reforçou que o problema não é a anulação do concurso, que há muito que sabia que era para anular, mas pelo facto do novo concurso não contemplar um estudo que abranja Torres Vedras como hipótese viável e de efectivação.-----Tendo presente este quadro, era bom que todos juntos vissem e discutissem não só o que se perde, mas contabilizar o que se pode ganhar para compensar essa perda.-----Disse ainda que, tal como se fez para o ponto 4 do agendamento, a Assembleia Municipal poderia criar uma comissão para estudar e apresentar um relatório de diagnóstico que analise e aponte soluções, e que possa ser um instrumento válido e reivindicativo, uma arma para esta necessidade de terem uma boa acessibilidade entre Torres Vedras e Ota.-----Entendia que o que perdiam não era a chegada a Ota, mas janelas de oportunidade no interior do concelho de Torres Vedras, especificamente no corredor até S. Domingos de Carmões, e como tal é necessário perceber se não há alternativas válidas.-----Terminou afirmando que era este alerta que queria deixar, uma vez que com o investimento razoável julgava que havia planos B e C exequíveis, assim estivessem todos unidos.-----Pedi novamente o uso da palavra o **Sr. Alfredo Reis**, declarando que ficou confuso com os esclarecimentos dos Sr. Presidente da Câmara porque no despacho existe uma série de

necessidade de promoção de actividades económicas, de apoio e incentivo a que essas actividades se fixem e desenvolvam, com OTA ou sem OTA, fazia falta um gabinete deste tipo.-----Referiu que este gabinete, juntamente com outras iniciativas, tem que dar uma ideia de força de vontade, de actuação, de saber e de estar presente ao mais alto nível, com os diversos sectores, no desenvolvimento da região Oeste.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOÇÃO – NOVO AEROPORTO INTERNACIONAL DE LISBOA:-----

-----O Presidente da Mesa, leu a moção sobre o assunto em título que se transcreve:-----

-----“Na vigência do XIII Governo Constitucional, em 1999, foi tomada a decisão de localizar na Ota (Alenquer) o Novo Aeroporto Internacional de Lisboa.-----Decorreram os XIV, XV e XVI Governos Constitucionais e, agora, na vigência do XVII, subitamente, surgem contestações, se bem que infundadas, à construção desta infra-estrutura aeroportuária na Ota.-----

-----Impõe-se recordar que, no propósito de encontrar a melhor localização para o Novo Aeroporto de Lisboa, foram elaborados diversificados estudos desde a década de sessenta. Foram consideradas várias localizações e estudadas quinze, das quais resultaram, no final dos anos noventa, duas soluções possíveis: Ota e Rio Frio. Face a estas duas alternativas, o Governo de então determinou a avaliação das vantagens e desvantagens de cada uma, tendo sido concluído que a Ota era a solução mais favorável. Consequentemente, foi tomada a decisão de localização que é pública.

-----Decisão que se fundamentou numa enorme multiplicidade de estudos técnicos quer nacionais quer estrangeiros.-----

Estudos que obviamente têm prosseguido após a decisão tomada porque agora respeitantes a aspectos específicos e diversificados de concretização do empreendimento.-----Seguramente que surpreende e espanta o cidadão

comum tal avalanche de estudos:

-----78 (setenta e oito) até Julho de 1997, e-----24 (vinte e quatro) de Julho de 1997 até à tomada de decisão em 1999.-----

Não se concebe como pode alguém minimamente conhecedor de um processo com tão aprofundado estudo e análise conducente à melhor localização do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa, vir agora pôr em causa tal decisão.-----

E que importa sublinhar: trata-se de um processo desenvolvido ao longo de décadas. E trata-se de concretizar um

empreendimento de relevância nacional, decisivo para o desenvolvimento do País.-----

-----Um projecto que tem uma área de implantação de cerca de 1810 ha, dos quais 1560 ha são para funções exclusivas da operação aeroportuária.-----

-----Um projecto que se caracteriza por dispor de duas pistas paralelas de 3600 metros afastadas, entre si, de 1700 metros.-----

-----Este Novo Aeroporto ficará, obviamente, apto a receber os maiores aviões, como o Airbus A380 e disporá de um centro multi-modal englobando aeronaves, comboios, autocarros e veículos ligeiros. Será ainda dotado de um terminal de carga, áreas comerciais e parques de estacionamento, entre outros.-----

-----Se no ano de abertura, em 2017, se prevê que acolha 17,4 milhões de passageiros, 166 mil movimentos de aeronaves e 134 mil toneladas de carga comercial, em 2050 terá capacidade para acolher o tráfego

previsto:-----43,3 milhões de passageiros,-----316 mil

movimentos de aeronaves e-----405 mil toneladas de carga comercial.-----

-----Novo Aeroporto que terá reflexos na área envolvente, onde vão surgir não apenas actividades relacionadas com a actividade aeroportuária mas igualmente uma extraordinária dinâmica económica, em que a criação de emprego é indissociável.-----

-----No domínio económico é possível identificar, desde já, três grupos de actividades económicas que geram interacções com o Novo Aeroporto, a saber: terciário superior, logística/ indústria e turismo.-----

-----Antevê-se que o Novo Aeroporto contribua decisivamente para o desenvolvimento da região quer na rentabilização da estrutura económica existente - na indústria, na logística e nos serviços como na agricultura e no turismo— quer na abertura a novas oportunidades.-----

-----O Novo Aeroporto será uma cidade Aeroportuária que vai impulsionar novas dinâmicas de desenvolvimento, designadamente, nos concelhos limítrofes como Torres Vedras se as acessibilidades o permitirem. Firme neste entendimento, a Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em sessão ordinária delibera:-----

-----Manifestar público apoio à localização do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa na OTA, estimulando o Governo e demais entidades responsáveis a prosseguirem nas acções de concretização do empreendimento, de acordo com os calendários previstos;-----

-----Reclamar do

Governo — como factor decisivo — o estabelecimento de uma rede de infra-estruturas de acesso ao Novo Aeroporto que não prejudique as perspectivas de desenvolvimento da cidade e do concelho de Torres Vedras.-----Torres Vedras, 20 de Abril de 2007.”-----Tomou a palavra o

membro **José Menino** para propor que o último parágrafo da moção fosse alargado para os concelhos limítrofes da região Oestina.-----Seguiu-se o membro **Flores da Cunha** que começou por indicar que estava a falar em nome pessoal e não da bancada do Partido Social Democrata, e disse que não manifestava o seu apoio, quer público quer particular, à localização do novo Aeroporto Internacional da Ota, nem estímulo ao governo nesse sentido.-----

Concordava que Portugal e a região de Lisboa precisavam de um novo aeroporto, mas em termos ambientais preferia viver numa povoação que se localize a 60Km do aeroporto, do que numa que se situe a 40Km.-----

Acrescentou que o desenvolvimento de Torres Vedras não vai depender da distância que se localize o aeroporto mas do que os torrienses queiram e da capacidade que possuam para desenvolver o seu concelho.-----

Consequentemente e apesar de concordar com o ultimo parágrafo, relativamente à reclamação de infra-estruturas para Torres Vedras, como não concordava com o penúltimo parágrafo, o seu sentido de voto seria a abstenção.-----

Pediu o uso da palavra o Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** para a manifestar a sua surpresa, uma vez que o processo de localização do novo aeroporto já tem vários anos e foi a primeira vez que ouviu dizer que o mesmo poderia ter implicações ambientais para o concelho de Torres Vedras.-----Em relação à sugestão do colega José Menino,

disse que nada tinha a opor que fosse acrescentado “bem como do Oeste em geral”.-----Interveio de seguida o líder do

Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires** começando por frisar que, não se pronunciou antes sobre o tema Ota foi porque achou que não vinha a propósito.-----

Subscreveu quase na totalidade as palavras do membro Flores da Cunha porque correspondiam à sua maneira de ser, pensar e estar na vida e no seu entender o aeroporto da Ota não está, nem vai trazer, nenhuma vantagem para a região a médio prazo, o que estiveram a demonstrar nas últimas duas horas de discussão.-----

Acrescentou que deviam antes ser concretizadas as promessas do Governo e da autarquia que não são cumpridas, e não deviam cortar as expectativas das populações, que vivem na ilusão que o

aeroporto da Ota trará benefícios nas acessibilidades, porque ele não estava convencido disso, assim como a CDU de Alenquer.-----Terminadas

todas as intervenções, O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* submeteu à votação a moção em título, a qual foi aprovada por maioria, com 34 votos a favor, 8 abstenções e 1 voto contra.-----

Anota-se que estavam presentes na sala 43 membros.-----

-----**Declaração de voto de Alfredo Reis.**-----“Faço-o em nome pessoal, não

vinculando, por isso a bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal.-----Votei

favoravelmente esta moção por concordar com ela a 100%, sem qualquer tipo de reticências, uma vez que tenho a convicção que a localização do novo aeroporto na Ota vem potenciar em grande medida o desenvolvimento da região Oeste e, conseqüentemente, todos os cidadãos aqui residentes.-----Mais,

repudio toda e qualquer posição que entrave a sua construção, visto não só que, o tempo urge, mas, e principalmente, porque o tempo de estudar, analisar e encomendar pareceres, já lá vai.-----Agora, o tempo é de construir.-----Até

porque, os tais estudos que referi, feitos na devida altura, deram que, independentemente da solução Ota poder não ser ideal, é de longe, sob todas as perspectivas, a melhor”.-----O

membro **Luís Pedro Saldanha Miranda**, apresentou uma declaração de voto que se transcreve:-----

-----“Em relação à moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, referente às vantagens da localização do aeroporto da Ota, como elemento decisivo para o desenvolvimento da Região Oeste, nomeadamente para o concelho de Torres Vedras, no que diz respeito à economia, venho por este meio manifestar as minhas dúvidas referente à bondade deste projecto. Deste modo, a posição de me abster nesta moção deve-se também à minha falta de conhecimento sobre as implicações futuras deste projecto para a qualidade de vida, dos torrienses e por entender que o desenvolvimento depende fundamentalmente da capacidade do capital humano e não das infraestruturas.”-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

TORRES

VEDRAS:-----Nos

termos do n.º 1 do art.º 19-A do regimento em vigor foi dada a palavra ao munícipe *Nuno Miguel Henriques*, que fez a exposição que se

transcreve:-----“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras-----Senhor Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras Senhores Deputados Municipais Senhores Vereadores,-----

Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia-----
Profissionais da Comunicação Social-----
Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

Desde já, cumprimento todos os Torrienses, na pessoa do seu Edil, Doutor; Carlos Manuel Soares Miguel.-----

Venho hoje aqui, a esta Assembleia, local nobre e de Excelência da Democracia participativa, instaurada na primavera de 1974, como morador da freguesia de Silveira, deste concelho, numa atitude de cidadania e no uso do poder instituído por lei, de participar neste órgão, para expor livremente o que penso sobre determinadas situações, neste concelho de Torres Vedras, de que muito gosto e aprecio. Sou da Sociedade Civil. Ela que tanto é falada, aqui está!-----Seria hipócrita da minha parte dizer que estava tudo bem. Não, meus Senhores, não está... mas tem tudo para estar. Torres Vedras, é daqueles locais abençoado por Deus, onde a natureza esculpiu beleza e harmonia e os seres humanos imanam luz na sua vida. Diria, que este concelho é um diamante por laminar, em bruto, ou quase. Algo se tem feito, mal “iria o Reino da Dinamarca”, se nada se tivesse andado a fazer, mas falta muitíssimo para fazer, com trabalho, i n t e l i g ê n c i a , h u m i l d a d e e verdade.-----Veja-se

o caso das acessibilidades:-----“Torres Vedras tem problemas de acessibilidades. Existem bons acessos a Lisboa a ao Norte mas no eixo rodoviário Este-Oeste, de Alenquer a Santa Cruz, está quase tudo por fazer. É preciso construir perpendiculares à A8, de modo a potencializar o transporte de pessoas e produtos, entre o litoral e o interior. Não é admissível que o IC11 esteja lançado desde 2000 e ainda não tenha sido adjudicado. Sete anos depois já não se fala da adjudicação mas de uma alteração de traçada. Não é admissível que a requalificação da Estrada Nacional 9, que liga Mafra a Alenquer, prevista desde 2002, não tenha avançado. ...“-----Quem

proferiu estas palavras não fui eu, foi o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Miguel, ao Diário de Noticias no dia 21 de Fevereiro do corrente ano.-----
Subscrevendo inteiramente a sua opinião, permitam-me, que me questione, sobre o estado das nossas estradas, ou melhor, caminhos, de responsabilidade municipal?!-----Buracos grandes, que levam os peões a serem molhados, em dias como o de hoje, como aliás já aconteceu comigo, logo que passe uma viatura a

pouco mais de 20 Km hora. Essa responsabilidade não é do Município? É que isso tanto acontece na minha freguesia, como na cidade?-----S e n h o r Presidente,-----Seria fariseu, se não lhe dissesse que também é co-responsável pelas más vias rodoviárias do concelho, não só aquelas de sua alçada e dependência directa, mas também as que estão sob administração do Governo Central. Tem de fazer força, e fazer-se ouvir o protesto das nossas gentes. O Partido Socialista, governa esta Câmara Municipal desde a revolução dos cravos, trinta e tal anos... talvez não tenham tido oportunidade de ver as estradas existentes noutros concelhos, vejam exemplos das Beiras, ao Minho, da Madeira aos Açores e comparem, meus Senhores!-----As vias, mas não só, as bermas, com canas e ervas que atraem repteis, sim repteis como cobras e lagartos, além de cães vadios, cortando a visibilidade aos automobilistas.-----Até em zonas turísticas, como nas praias isto acontece!-----A iluminação pública, muito aquém do que merecem os que escolheram viver em Torres Vedras.-----

-----O lixo acumulado, em locais, que segundo alguns, seriam parques ou jardins!-----Senhor Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, muitos seriam os exemplos da falta de sensibilidade, ou não, talvez capacidade, de o executivo, executar com uma gestão capaz, moderna, inovadora, uma qualidade de vida ao nível da solidariedade e da b o n d a d e , d a s n o s s a s gentes.-----

-----A cultura, o desporto, a educação, o associativismo, o ambiente não podem continuar a ser os parentes pobres do concelho, já para não falar da Saúde, com o triste episódio, de se ficar contente, por as urgências do Hospital, terem ficado em Torres Vedras, não protestando, contra os seus c o n s t a n t e s e n g a r r a f a m e n t o s e enchentes.-----A Constituição da República Portuguesa, tem de se fazer cumprir, seja a que custo for, ou por quem for.-----

Perguntam-se, porque aqui venho?-----Muito simples: Porque eu e vários vizinhos, comunicamos vários problemas para a Câmara Municipal, e n e m r e s p o s t a t i v e m o s . É o mínimo!-----Acredito, que não ficará insensível, ás palavras humildes, mas sinceras, de um cidadão atento, ao seu concelho.-----

Sem sectarismos inconsequentes, Torres Vedras, merece mais e melhor para todos e não só para

alguns.-----

-----Tenho

Dito.-----Nuno

Miguel Henriques.”-----Teve

início o Período da Ordem do Dia.----- **PONTO**

1- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2006, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 4771, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29 de Março último, remetendo os documentos em título, atentas as competências da Assembleia Municipal previstas na alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, na sua actual redacção, que se consideram integralmente transcritos e encontram-se arquivados em pasta anexa aos documentos desta sessão.---

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por enaltecer o facto de o orçamento da receita e da despesa ser um orçamento superior 92% (na receita) e 90% (na despesa), o que traduz uma muito
b o a e x e c u ç ã o

orçamental.-----Deu nota que na execução mantêm-se a tradição do município, ou seja as receitas correntes continuam a financiar as despesas de capital, no caso concreto na ordem dos €4.600.000.-----Por outro lado referiu como menos positivo um aumento na ordem dos 11% nas despesas com pessoal, que corresponde ao aumento de encargos, actualização de vencimentos, aumento de percentagem a descontar para a Caixa Geral de Aposentação e ainda ao aumento de pessoas a prestar serviços, onde salientou o Sector de Educação, com a necessidade premente de ter mais pessoas já que as competências delegadas são cada vez maiores.-----

Referiu a execução um pouco acima dos 65% do PPI, embora não seja de excelência, é um dado positivo, e muito superior ao que tem sido nos últimos anos.-----Por último, deu nota não obstante terem um decréscimo de 7% relativamente ao ano anterior, apresenta um índice de transferências para as juntas de freguesias superior a €4.000.000, mas não podiam esquecer que estavam a analisar as contas do primeiro ano do mandato.-----O *Sr. José Afonso* começou por dizer que as contas de 2006 tiveram uma execução favorável o que era previsível.-----

-----Lembrou que o Partido Social Democrata preconizou o abaixamento da taxa do IMI para 0,65% prevendo que a receita iria aumentar na ordem dos 25%, o que se verificou.-----Deste modo disse que esperava que houvesse uma reflexão

sobre este imposto, porque o colega José Augusto de Carvalho disse que esperaria o resultado de 2007, para poderem concordar ou não com a proposta de redução das taxas do Partido Social Democrata-----Salientou que os municípios estão cada vez mais onerados com impostos para o município que atingem de forma directa cerca de 1/3 da receita total e 2/3 de forma indirecta, o que os leva a pensar que há alguma moralidade para um grau de exigência maior perante a execução dos investimentos, em relação ao que o município tem para oferecer às pessoas que estão directamente a pagar mais.-----Frisou que as receitas correntes tiveram um comportamento de evolução positiva na ordem dos 16% e como tal esperava que se aproveitasse este facto, até porque não foram aproveitados os passivos financeiros.-----

Verificou que as despesas correntes cumpriram o que não aconteceu com as despesas de capital que ficaram 10% aquém do orçamentado.-----

Referiu como aspecto político negativo relevante, a diminuição das transferências para as freguesias, sendo uma evolução negativa ao que vinha acontecendo, política que estava no bom caminho e que foi interrompida.-----

Resumindo, indicou que com a estabilidade orçamental do município e com o aumento das receitas, poder-se-ia ter tido mais ambição para execução de obras.-----

Reforçou que o que os municípios querem e estavam à espera, com este bem estar financeiro, era a execução das obras anunciadas, tais como as variantes de A-dos-Cunhados, Fonte Grada e Figueiredo, as piscinas municipais, o mercado e a pista de atletismo do Paul.-----Por fim, fez notar que a execução do orçamento depende dos valores que se consigna para cada obra, e há que ter em conta o compromisso financeiro que se coloca em termos de rubrica, para depois se aferir o grau de execução que houve.-----

-----O **Sr. Hugo Martins** fez uma breve intervenção sobre uma entrevista de um presidente de junta do concelho, a um jornal local, comentando sobre o valor percapita dessa freguesia em comparação com os valores apresentados no documento em apreciação.

-----O **Sr. José Correia** salientou que a execução foi excelente, tanto a nível da realização de receita como da despesa.-----

Assinalou que a autarquia continuou a financiar despesas de capital através de receitas correntes, em valores que ultrapassaram 10% do orçamento global, é um indicador bastante positivo do que se deseja para a execução da Câmara do ponto de vista da saúde financeira.-----Salientou também o facto de que tem vindo sempre a ser colocada na previsão quer das despesas quer das receitas, cautela e realismo, o que conduz a que a

autarquia continue a ser uma ancora firme dos agentes económicos do concelho.-----Fez notar que o aumento de 11% com pessoal é sempre um factor a ter cuidado, apesar de saber que €450.000 reporta-se a um incremento de 3% de encargos sociais, €165.000 ao aumento de 11% dos funcionários, aproximadamente €500.000 ao aumento de exigência de competências e por fim as promoções, fazendo notar que é um problema que a Câmara vai ter sempre.-----Em relação à execução financeira chamou a atenção para o facto de por vezes registar-se em determinado período de tempo a concentração da execução da despesa, o que leva a que toda uma cabimentação seja realidade mas, para a qual não existe liquidez imediata, não obstante a receita estar garantida para suportar esses encargos.-----Abordando as despesa de investimento concordou que o nível de realização das despesas de capital, estão dependentes do valor que se consigna à rubrica dos projectos em causa, tal como o colega José Afonso mencionou.-----Nesta sequência deu nota de um conjunto de projectos, que se tivessem sido retirados do orçamento, uma vez que era previsível a sua não execução, levaria a um nível de execução brilhante. Bastava manter a rubrica aberta, com uma pequena quantia, mas não foi o que foi feito porque se manteve os montantes que obrigatoriamente estavam adstritos aos mesmos.-----Assim, alertou que existem situações que merecem alguns cuidados técnicos, mas deviam ser sérios e honestos nas apreciações que fazem aos níveis de execução orçamental.-----Quanto à indicação de se verificar uma execução altamente favorável de receita, entendia que não era a altura propicia de diminui-la, quando estão numa situação de não conhecer quais as competências futuras que vão sendo cada vez mais transferidas para as autarquias sem p respectivo suporte financeiro.-----O

Sr. Nozes Pires começou por declarar que o Partido Socialista no poder, na sua maioria absoluta preparava-se para tentar ganhar as próximas eleições no mesmo estilo, ou seja a inaugurar obras no momento oportuno.-----

Depois passou a ler a declaração de voto, que se transcreve:-----

----**“Declaração de Voto da CDU dos Documentos de Prestação de Contas e relatório de Gestão do ano de 2006, do Município de Torres Vedras.**-----

A CDU vota contra baseando-se nas seguintes considerações:-----1. O Executivo camarário no qual o Partido Socialista detém a maioria absoluta não realizou as obras estruturantes que se obrigou a cumprir, nem as iniciou na sua maior parte.-----2. O Executivo não apresentou razões

que justifiquem o não cumprimento de compromissos.-----3. De resto, o PDM e os diversos Planos de Pormenor, relativos à Cidade, permanecem a aguardar melhores dias, sendo que a culpa morrerá solteira, e a Cidade continua a merecer uma estratégia a médio e longo prazo que a transforme em todas as vertentes: urbanística, social e cultural.-----

-----4. A CDU considera que não são prioritárias apenas determinadas obras de verdadeira mudança, como a nova Biblioteca municipal, a reabilitação da zona histórica, a reabilitação do Choupal, a qualificação turístico-cultural de várias zonas da cidade e do concelho, a organização de museus específicos, as novas escolas do 1.º ciclo, as piscinas municipais, o novo mercado, etc., etc. terminando, por ora, na Avenida Poente que nunca mais chega o dia da sua inauguração. Considera a CDU que não é apenas isto e muito mais que é prioritário, mas também uma verdadeira estratégia de descentralização cultural nas freguesias do Concelho e, insistimos, uma urgente estratégia de desenvolvimento turístico-cultural da região. Como é também urgente um programa concertado de ataque às fontes poluidoras, por um lado e, por outro, acções no sentido de equipar as freguesias de espaços públicos ambiental e socialmente condignos.-----Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal-----

20.04.2007”.-----

-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** lembrou que existe uma diferença ente a apresentação das contas de uma empresa e as de um órgão público e apesar dos óptimos resultados e da boa execução orçamental, tinha também que se saber se cumpriu com as funções primárias e essenciais do município.-----

-----Quanto à alusão que as despesas com o pessoal aumentaram com a transferência de novas competências para as autarquias, fez notar que com as delegações de competências também há transferências correntes.-----

-----No que se refere ao investimento disse que não é preciso analisar o documento em discussão, basta que qualquer torriense verifique que a maior parte dos investimentos que estão traçados para este mandato, não estão implementados, como a serem, ainda vão demorar, e tinha dúvidas que serão concluídos até 2009.-----

Deu nota que esteve recentemente na cidade de Tomar, onde foi implementado o Programa Polis, inquirindo porque está a revelar-se tão difícil esta intervenção em Torres Vedras, tendo também em conta que os fundos financeiros já estão na posse do município.-----

Referindo-se a uma nas notas de auditoria à Câmara em 2005, em que consecutivamente era colocado no orçamento venda de bens e investimento, cuja venda nunca é implementada, questionou

se o mesmo continua a fazer parte do orçamento para equilibrar e se existe o inventariado desses bens.-----

----Reforçou que uma proposta que fez na última sessão da Assembleia Municipal, referente ao investimento por parte da autarquia em habitação social jovem em terrenos que possua, para que a cidade aumente e renove a sua população activa e jovem.-----

----No que se refere à receita, manifestou também o seu desacordo com a taxa do IMI, que vai levar a receitas altamente penalizadoras, para quem tem uma casa para habitação.-----Assim entendia que o município devia dar um sinal, uma vez que estavam a tratar de uma receita que está a aumentar mais de 20% ao ano, e estava convencido que se as taxas no próximo ano baixarem para 0,05% e 0,35%, haverá um aumento bastante visível nas contas do município, daí a sua oposição às actuais taxas e o seu pedido de reflexão aquando no próximo Novembro for submetido à Assembleia as taxas para aprovação, e seja tido em conta este aumento exponencial da receita.-----

----O **Sr. José Correia** em resposta à intervenção sobre a redução da taxa do IMI alertou para a necessidade de uma gestão cautelosa e de previdência.-----Defendeu também que a Câmara não deve ser uma entidade prestadora de serviços, e como tal venha a gerar receitas pela prestação do seu próprio serviço, e tem que ser uma entidade promotora e geradora de actividades e essencialmente uma actividade reguladora. -----Concordou que a relação de apresentação de contas da Câmara terá que ser numa relação de custo/benefício e não custo/proveito, já que estavam a falar de uma entidade pública sem fins lucrativos, e com a justificação pelo retorno de investimento público.-----Em relação à indicação que a execução financeira era altamente saudável pelos números, mas que este facto também se tinha que reflectir em obra, deu nota de algumas execuções, exemplos desse investimento, tais como 18Km de condutas de água, 35 km de condutas de saneamento, 30 km de vias e arruamentos, 5 km de passeios etc.-----

-----Interveio de novo o **Sr. José Afonso**, indicando que procurou ser claro e objectivo quando na sua primeira intervenção se manifestou contra as taxas demasiado altas do IMI, praticadas pela autarquia, as quais pesam € 3.000.000 numa receita de € 42.500.000.-----Sentia que a taxa do IMI na sua ascensão por via da lei tem um peso excessivo porque se trata de habitação própria que por via das actualizações patrimoniais conduz a valores excessivos e penalizadores numa percentagem elevadíssima de casos.-----Referiu ainda que com esta sua posição não estava a defender uma quebra de receita, que estava no seu entender

assegurada e iria continuar a aumentar, mas estava a defender uma quebra no aumento progressivo da receita absoluta do IMI.-----Reforçou que estas receitas sobem a uma cadência de 25%, 30% ao ano e como tal devem ter cuidado com estas taxas, devendo ser sensíveis quer à dos imóveis novos, quer à dos imóveis antigos.-----

-----O **Sr. Hugo Martins** declarou que a primeira questão a ser colocada depois de analisar o relatório em discussão é, “qual a sua estratégia”. Não via grandes desenvolvimentos em relação aos documentos dos anos anteriores e como tal parecia-lhe mais do mesmo.-----No entanto disse que se depreendia algumas diferenças, uma vez que verificou uma inversão na tendência nas transferências para as Juntas de Freguesia.-----Verificou também uma diminuição na

derrama, o que considerou um sinal preocupante, significativo de que as empresas torrienses estão a produzir menos riqueza. Entendia que a Câmara deveria ter este indicador em atenção, propondo a redução desta taxa, o que poderia funcionar como uma alavanca financeira, quer na agregação de novos investimentos, quer de futuro.-----Por fim também abordou a questão do aumento da receita do IMI, dado que não obstante a autarquia precisar se financiar, tinha que haver um equilíbrio, e lembrou que a “almofada financeira” presente no relatório não foi utilizada, e poderia ter sido.-----O **Sr. Flores da Cunha** reportando-se à intervenção do membro José Correia, disse que no seu entender a função da Câmara Municipal é, cada vez prestar mais serviços, mas se os presta directamente ou indirectamente era um factor secundário.-----Entendia que a autarquia era, cada vez

mais, uma entidade prestadora de serviços, porque só assim se percebia que possa arranjar receitas e onerar os contribuintes. Não estava preocupado se a Câmara aumentar os impostos, se em contrapartida também der mais, mas o que via era que os impostos aumentam e os serviços que a autarquia presta não são compatíveis com o que vai buscar os cidadãos.-----

-O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento** interveio para precisar que existe de facto uma redução substancial nas transferências para as juntas de freguesia.-----Lembrou que em 2005 foi ano de eleições e houve uma tendência de reforço destas verbas, o que levou a um desequilíbrio nas contas apresentadas. Fez notar que este desequilíbrio ainda é maior quando os montantes que receberam em 2006 se reportavam a alguns protocolos de o b r a s j á e x e c u t a d a s e m 2005.-----Assim

apelou ao Executivo Camarário que tenham presente o ano em análise, e procurem compensar as juntas de freguesia do esforço e da fama que têm de receber muito financiamento, quando na prática

têm pouco para empregar.-----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para esclarecer algumas questões, assim:-----Começou por dizer que a análise da receita, pode ser feita do ponto de vista parcelar, mas também deve ser do ponto de vista global, uma vez que o que estavam a aprovar não era o orçamento dos impostos directos, mas da receita e da despesa.-----Relativamente às intervenções sobre o IMI, esclareceu que a receita deste imposto foi de € 5.879.183 e não de € 3.000.000 como mencionado por alguns dos intervenientes, sendo verdade que se trata de uma receita substancial que tem estado a aumentar, mas não era verdade que a Câmara tenha aumentado os impostos.-----A taxa manteve-se, depois de ter sido reduzida há dois anos atrás, e a receita sofreu um acréscimo porque a matéria colectável é superior.-----Assinalou que em termos comparados, há apenas um município na região Oeste com a taxa inferior à de Torres Vedras e uma esmagadora maioria pratica uma taxa superior.-----Assinalou ainda que globalmente a receita corrente em 2005 foi de € 32.000.000, e em 2006 foi € 32.600.000, registando-se um aumento de 2%. Na receita total os valores em 2005 cifraram-se em € 42.117.000 e no corrente ano € 42.515.000, ou seja um aumento de 1%.-----Reforçou que a Câmara Municipal governa-se com a receita global, na qual o IMI é uma parcela substancial.-----

----Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, fez notar que logo na sua 1.^a intervenção alertou para o facto de se registar uma diminuição. No entanto lembrou que em 2002 foram de € 2 000.000, em 2003 de € 2.500.000, em 2004 de € 3 500.000, em 2005 de € 4.600.000, e em 2006 de €4.250.000, o que significa níveis de mais de 100% de aumento em relação a 2002.-----Observou que registaram um ritmo de 30% de crescimento ao ano, mas têm que ser objectivos e não podiam ter a expectativa que a evolução nestas transferências viessem a manter este aumento.-----No que se refere à intervenção do membro Nozes Pires, fez notar que apenas estava a cumprir o primeiro ano de mandato, o que correspondia ao primeiro ano do seu programa eleitoral. Lembrou que o programa eleitoral que tinha que cumprir era o que ele apresentou aos torrienses, sendo por este que vai prestar contas e não pelo que a CDU apresentou.-----Em relação às questões sobre o Polis, informou que recentemente estiveram as 4 intervenções em discussão pública, e lembrou que este programa depende da elaboração de um plano de pormenor.-----

----Mais informou que a Câmara Municipal dispõe de €700.000 para o programa Polis, que não pode utilizar de outra maneira, e que já tem acordo para aquisição dos terrenos do Casal dos Ossos, pela

verba de €900.000 o que ultrapassa esse montante.-----

Terminadas todas as intervenções o Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, submeteu à votação o ponto em discussão.-----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 25 votos a favor, 13 votos contra e 4 abstenções, aprovar a Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2006, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

Tendo se alcançado a hora regimental para o encerramento da sessão, o Presidente da Mesa, deu os trabalhos por encerrados, convocando a sua continuação para o dia 23 Abril, à mesma hora, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL, PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA INICIADA EM DE 20 DE ABRIL DE 2007.-----

Presidiu o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (1.º Secretário) e Rui José Prudêncio em substituição do 2.º secretário.-----

Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:-----

José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo M. J. Carvalho, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, António José de Oliveira Esteveira, Luís Pedro Saldanha Miranda, Hugo Miguel Fernandes Martins, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, Mário Manuel Jesus Miranda e António Filipe Narciso dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves, Joaquim Manuel Oliveira Gomes.-----

Faltaram os membros Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, Mara Isabel Baptista Eleutério Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Paulo Jorge Marques Marrenea, Francisco João Fonseca Inácio, António Paulo Veloso M. Bento e Carlos Manuel Lopes Veloso.-----

Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da

Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----O Presidente

da Mesa deu de imediato início à sessão.----- **PONTO 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, DO ANO DE 2006, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

Presente ofício número 4771, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29 de Março último, remetendo os documentos em título, atentas as competências da Assembleia Municipal previstas na alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, na sua actual redacção, que se consideram integralmente transcritos e se encontram arquivados em pasta anexa aos documentos desta sessão.---

---O *Sr. Presidente da Câmara* começou por abordar o resultado negativo na ordem dos €500.000, que se deve ao aumento das amortizações, que contam cerca de 24% do resultado legal, e à entrada e m e x p l o r a ç ã o d a E T A R da cidade pelas Águas do Oeste.-----De seguida enalteceu as despesa com pessoal

que aumentaram aproximadamente 1,5% , e a remuneração global diminui relativamente ao ano transacto, tendo em conta que é o aumento do desconto para a Caixa Geral de aposentações e despesas de saúde.-----Enalteceu também a excelente qualidade da água consumida por todos os torriense, uma vez que 99,6% obteve sempre resultados de boa qualidade.-----Por último fez notar que a cobertura

de água no concelho de Torres Vedras situa-se nos 99,7% e o saneamento 85,7%, correspondendo o saneamento tratado a 50%. São dados de referencia embora saiba que há um longo caminho a percorrer, o qual tem que ser ultrapassado no próximo QREN.-----O *Sr. José Afonso* disse que se continua a verificar um resultado líquido negativo que ascende a € 548.000, que pode não ser grave visto em valores absolutos, mas constitui mais um marco segundo os exercícios anteriores, que continuam a fazer subir os resultados negativos transitados acumulados para €2.131.000.-----

Fez notar que depois de um incremento nas taxas de saneamento esperava ver um equilíbrio das contas que ainda não se verificou e aproveitou para expressar algumas palavras aos técnicos pela e l a b o r a ç ã o d o s d o c u m e n t o s e m discussão.-----Disse que não estava de

acordo que o relatório atribuisse também a origem do desequilíbrio a investimentos avultados, uma vez que analisou o aumento do imobilizado corpóreo líquido comparável ao de 2005/2006 que teve

um incremento de apenas de €832.000, ou seja 2,6%.-----Abordou por último a evolução negativa das perdas, lembrando que em 2003, o município tinha alcançado 13,5%, uma boa “performance” comparativamente em outros municípios. Constatou que no global são de 26%, das quais 21,12% estão imputadas aos SMAS, e verifica-se mais perdas da responsabilidade das Águas do Oeste.-----O **Sr. José Correia** proferiu também algumas palavras de apreço pela constante melhoria na qualidade técnica da apresentação das contas, e a forma explicada e cuidada que denotam os documentos financeiros em aprovação.-----Frisou que o resultado negativo apresentado se deve ao valor das amortizações do ano em curso, dado que os meios libertos continuam a ter a sua situação positiva.-----Salientou que se registou o aumento no valor de € 493.000, dos custos de funcionamento da facturação da Águas do Oeste, mas que nas outras rubricas só houve um acréscimo de €408.000, significando que os custos correntes diminuíram, o que atribuía a um grande esforço de gestão, na tentativa de diminuir os resultados negativos mencionados pelo membro José Afonso.-----Em relação ao investimento, disse que se verificaram situações anómalas, que tiveram uma influência negativa na execução do orçamento, referindo-se concretamente à falência de alguns empreiteiros. Lembrou que se trata não só de um problema dos SMAS, mas do Estado e a legislação referente à contratualização das empreitadas públicas devia ser revista, de modo a que esta situação possa ser rapidamente regularizada, uma vez que vai sempre criar maiores encargos para a entidade dona da obra, na medida que muitas vezes terá de as executar por ajustes directos ou administração directa.-----

-----Congratulou-se também pelo esforço de gestão demonstrada nos documentos em título, sobretudo numa melhoria de prestação de serviços, pensando que ninguém punha em causa a q u a l i d a d e d e s t a prestação.-----A terminar referenciou o Serviço Pedagógico da Água, destinado sobretudo a crianças em idade escolar e que engloba uma série de iniciativas muito interessantes, tendo-se registado sucessivos pedidos deste serviço pelas escolas, para cursos das mais variadas índoles sobre a água e questões ambientais envolventes.-----O **Sr. Nozes Pires** fez notar que os SMAS não tinham que dar lucro, uma vez que não tinham essa finalidade, e no seu entender o saldo negativo em si, não tinha que ser um problema complicado. Afirmou que o saldo negativo nunca poderia ser coberto, resolvido ou eliminado com tais argumentos, e presumia que ninguém no Executivo Camarário pensava resolver problemas financeiros com mais aumentos, porque os que se registaram já são suficientes.-----

-----Sobre os problemas com os concursos públicos, entendia que devem continuar a ser públicos, e

a via a seguir é desburocratizar, exigir mais rigor, disciplina e fiscalização, mas que não se prepare o caminho para que empresas da dimensão da dos SMAS se tornem privadas.-----Fez também um elogio ao Serviço Pedagógico da Água, que tem sido notável, facto que o levava a solicitar ainda mais ambição no desenvolvimento desta actividade.-----Contudo o problema pedagógico da água não pode fazer esquecer que também existem fontes poluidoras no concelho, que ainda é bastante poluído, pelo que questionou quando é que o saneamento tratado chegaria aos 80%, valor razoável comparativamente aos países da Europa, e quais os problemas das fontes mais poluidoras que exigem o saneamento tratado.-----O **Sr. António Esteveira**, inquiriu quando é que a autarquia espera ter a rede de abastecimento de água e de saneamento concluída para depois começarem a falar de saneamento tratado.-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** começou a sua intervenção questionando qual era a estratégia e os objectivos definido no sentido da regularização e do equilíbrio financeiro dos SMAS, equilibrando sempre com o que é requerido de um serviço público aos cidadãos.-----Fez notar que numa empresa normal, ao fim de três anos de prejuízos líquidos acumulados seria solicitada à DGI uma fiscalização.-----Terminadas todas as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos, assim:-----O Edil começou por lembrar que os SMAS não têm autonomia jurídica, e por isso as contas são a f e r i d a s c o m a s d a C â m a r a e é e s t a q u e responde.-----No que se refere ao aumento substancial que a taxa de saneamento teve para 2007, esclareceu que o que os torrienses pagam de saneamento não cobre os custos em cerca de 1/3, registando-se nesta vertente um *deficit*, que tem que ser a longo prazo diluído.-----No tocante às perdas, o valor de 21% também não lhe agradava, mas mesmo assim Torres Vedras ainda continuava a ser referência a nível nacional, sendo o município com menos perdas do país. De qualquer forma considerava que 21% representava bastante dinheiro, e tinham que trabalhar para diminuir esta percentagem.-----Relativamente à conclusão da rede de água e de saneamento, fez notar que é uma tarefa que nunca estará concluída. Deu nota que os 50% de saneamento, está prejudicado pelo facto de haver saneamento concluído, que ainda não está ligado como é o caso de S. Pedro da Cadeira e ainda ser necessário realizar algumas obras de infraestruturas.-----Assim reforçou que muito possivelmente durante este mandato chegariam aos 80% de saneamento. Esclareceu que quando disse que água estava nos 99,7% queria dizer que todas as pessoas no concelho têm água e os 0,3% é residual.-----Deu de seguida a palavra ao

Administrador Residente, **Sr. Sérgio Simões** que começou por esclarecer que grande parte do resultado líquido negativo se deve por um lado às amortizações e por outro à entrada em exploração da Etar da cidade por parte da Águas do Oeste.-----Assinalou que a alternativa encontrada para ir progressivamente equilibrando as contas dos SMAS em termos contabilísticos, foi a actualização do tarifário e a redução dos afluentes pluviais na rede de drenagem doméstica, o que tem implicações na facturação e resolve-se através da construção e alargamento da rede separativa de saneamento.-----Assinalou que atingir o equilíbrio financeiro não se trata de uma obsessão mas pretendem ter um diagnóstico e o controle da situação, sem perder de vista que ao SMAS têm uma componente social muito forte.-----

No que se refere à necessidade de diminuição de custos, informou que a rubrica de fornecimentos/serviços externos onde encaixa a maioria dos custos, registou um aumento na facturação da Águas do Oeste em € 493.000, mas a rubrica em si registou na sua totalidade o aumento de € 383.000, o que significa que as despesas de funcionamento diminuíram em cerca de € 100.000, ao que se acrescentar as despesas com o pessoal, verifica-se que os SMAS reduziram custos.-----

-----Relativamente à questão dos concursos públicos, esclareceu que são exigidos uma série de documentos, nomeadamente os documentos financeiros dos últimos 3 anos, sendo avaliação dos concorrentes feita nessa base, mas o que não impede que surjam surpresas, que implicam grande perturbação no funcionamento dessa actividade dos SMAS.-----Reportando-se às intervenções sobre o Serviço

Pedagógico da Água informou que o mesmo foi iniciado no presente ano e é para desenvolver.-----Quanto à conclusão da rede de saneamento, se não se registarem acidentes de percurso pretendem que seja alcançada neste mandato.-----O **Sr. José Afonso** questionou

se nas empreitadas públicas, a partir de certa quantia, é obrigatório a apresentação de caução.-----Disse também que viu na comunicação social um debate sobre a abolição de taxas fixas por parte do governo, inquirindo quanto é que no caso dos SMAS representa na água.-----

-----Voltou novamente a abordar a questão das perdas, questionando a razão se ter verificado um retrocesso, quando já se conseguiu atingir valores na ordem dos 13%.-----Lembrou também que os SMAS são uma entidade jurídica não autónoma, mas estavam a fazer uma análise às condições de exploração empresarial e aí estavam bem individualizados.-----

-----Relativamente à redução ou remodelação das redes de forma a separar os efluentes domésticos pluviais para pagar menos caudal à Águas do Oeste, o membro **João Bastos** questionou se este

caudal é aferido pela percentagem de consumo ou tem medidores à entrada das ETARS.-----Depois desta questão o *Sr. Flores da Cunha* disse que lhe parecia lógico que quanto menos caudal entrar na ETAR, menos será o tratamento, mas o índice de poluição da água de um esgoto doméstico é totalmente diferente do apresentado pelas águas pluviais, que em principio não terão tão grande grau de poluição.-----Para esclarecer a estas últimas questões teve de novo o uso da palavra o Administrador Residente, *Sr. Sérgio Simões*, começando por lembrar que as perdas a nível nacional rondam os 40%, e apesar dos 21% do município não serem os mais desejados, o Plano Estratégico de Águas e Águas Residuais aponta para o ano de 2013, perdas de 20% a nível nacional.-----No que se refere às cações dos concursos públicos, esclareceu que são sempre exigidas, independentemente do valor da obra.-----No tocante à questão da abolição das taxas fixas, informou que os SMAS não têm uma tarifa fixa, mas quota de disponibilidades (aluguer de contadores), de acordo com o calibre do contador, cuja receita é €1.800.000. No entanto fez notar que o mais grave da aprovação desta norma por parte do Governo, não é esta questão, mas o facto de implicar uma facturação mensal, o que duplicará custos de cobrança.-----No que se refere à questão do membro João Bastos, informou que é feito através de medidores de caudal.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Actividades, do ano de 2006, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros.-----

PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2007 – ORÇAMENTO /DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 4771, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29 de Março último, remetendo os documentos em título, atentas as competências da Assembleia Municipal previstas na alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, na sua actual redacção, que se consideram integralmente transcritos e se encontram arquivados em pasta anexa aos documentos desta sessão.---

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata de aplicação dos resultados, distribuindo a verba por uma série de rubricas, as quais importava

reforçar.-----Não se tendo registado intervenções e passou-se à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais para 2007 – Orçamento /Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que

estavam presentes na sala 38 membros.----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS ASSUNTOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS;**-----

Presente o relatório em título em título, tendo o Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino dado a palavra ao membro *José Augusto de Carvalho* para iniciar a sua apresentação.-----O membro saudou os restantes membros da comissão, e começou por declarar que no seu entendimento a saúde em Torres Vedras ainda permanece doente, atento ao funcionamento dos serviços públicos integrantes do Serviço Nacional de Saúde, tendo sido só estes serviços o objecto da apreciação da comissão.-----No âmbito

dos cuidados primários, referenciou o facto de Torres Vedras possuir novas instalações do Centro de Saúde, e uma extensão em cada freguesia exterior à cidade, mas observou a quase inexistência de consultas de especialidade, e nalguns casos tempo excessivo a mediar a marcação e o atendimento da consulta de clínica geral.-----Disse que o facto de

terem recentemente sido criados para utentes da cidade e povoações limítrofes duas unidades de saúde familiares, constitui uma resposta digna, diferente para melhor, mas é a resposta para cerca de 28.500 utentes, num universo de 84.000 utentes.-----Observou que está por

essa via desde logo criada uma desigualdade de atendimento entre utentes de unidade de saúde familiar e os restantes utentes.-----No que respeita à

estrutura hospitalar, lembrou que o Centro Hospitalar de Torres Vedras resultou da junção de dois hospitais, e ocorreu em 1991, contudo os respectivos quadros de pessoal ainda não foram fundidos num só quadro, dado que a tutela ainda não deu resposta a essa pretensão do Conselho de Administração.-----Pelos

contactos que estabeleceu com o Conselho de Administração do CHTV, ao qual desde já prestava homenagem, registou a sua dedicação e a competência, destacando alguns dos problemas que o mesmo se confronta.-----

Referiu-se concretamente à sobrecarga de um equipamento pesado, degradado e oneroso, que é o único sanatório a funcionar no país, e está sob o ombros deste conselho, ao não reconhecimento desta realidade, quando a atribuição de dotações financeiras por parte do Estado, que não atende à

especificidade (sanatório) deste Centro Hospitalar, e ao regime legal de contratação de pessoal que permanece inadequado, particularmente contratação de médicos, atenta a concorrência que grandes hospitais de Lisboa estão a fazer, referindo-se à prevista mas ainda não concretizada transformação do Centro Hospitalar em entidade pública empresarial.-----Tendo em conta em conta os dados do 1.º trimestre de 2007 verifica-se uma afluência desmesurada à urgência, por comparação ao período homólogo de 2006, correspondendo a um acréscimo de 42% de doentes em medicina, o que revela que a nível dos cuidados primários algo não está bem.-----

Afirmou que é inaceitável a indefinição em que permanecem as instalações do ex Hospital José Maria Antunes júnior, como é insustentável a quebra de verbas de investimento, certamente na linha desta indefinição. Há uma indefinição, das entidades regionais e centrais, quanto à vocação daquela estrutura existente no barro, o que acarreta repercussões nas verbas de investimento, nomeadamente no

PIDDAC.-----

-Relativamente ao bloco de partos, destacou, que o director da Obstetrícia/Ginecologia foi ou vai contra a vontade do parecer da administração para o Hospital de Santa Maria, constituindo uma baixa no corpo clínico afecto a este bloco.-----

Reforçou que Torres Vedras deve assumir uma atitude expectativa quando aos resultados do anunciado estudo sobre o planeamento hospitalar da Estremadura Oeste, e que os seus autores concluam pelo reforço da estrutura hospitalar sedeadada em TV, e que então haja um virar de página no apoio a esta estrutura hospitalar por parte destes responsáveis regionais e centrais.-----Registou como nota positiva a questão do mecenato que tem tido um exercício muito interessante, e de que o Centro Hospitalar tem beneficiado.----- ----A encerrar a sua intervenção disse que é particularmente na área da saúde que a dimensão humanista da nossa sociedade, está posta à prova, e importa prosseguir no acompanhamento do funcionamento dos serviços de saúde que servem a população do nosso concelho, lembrando que democracia é participação e porque neste domínio é necessário saltar da bancada para o terreno do jogo.-----

-----Teve o uso da palavra o membro da Comissão **Sr. Nozes Pires** que começou por dizer que assinou com reservas o relatório em discussão pelas razões que iria expor assim:-----Recordou que a constituição da comissão foi uma proposta da Coligação Democrática Unitária e foi eleita num contexto determinado que foi o iminente encerramento da maternidade de Torres Vedras. A CDU nessa altura achou oportuno que se deveria fazer um

levantamento dos assuntos da saúde no concelho. Não cabe à Assembleia Municipal, aquilo que cabe ao Estado.-----Disse que a Coligação Democrática Unitária considera que os centros de saúde são e devem continuar a ser, a base institucional dos cuidados primários e o pilar do serviço nacional de saúde, pois estão próximos da populações. Não cediam que o Serviço Nacional de Saúde tenha extensões, tenha condições logísticas, e que não afastem as populações, antes pelo contrário as aproximem cada vez mais.-----

Indicou que no distrito de Lisboa todas as especialidades tendem a desaparecer dos Cuidados Primários, dado que todo e qualquer lugar vago no quadro, destes especialistas, nos Centros de Saúde, é para extinguir quando vagar. As consultas de especialidade solicitadas pelos utentes através dos Centros de Saúde, são da responsabilidade do serviço hospitalar.-----

Acrescentou que no distrito de Lisboa existem 45 Centros de Saúde com 121 extensões, sendo a população inscrita de cerca de 2 411 222 utentes, isto em 2005, os utentes com médico de família são aproximadamente 10% da população inscrita.-----

Assim referiu que este quadro geral dá-nos uma ideia da situação e nenhuma carreiras profissionais têm os quadros de pessoal preenchidos, o que dificilmente virá a acontecer, com a política de recursos humanos que vem sendo desenvolvida, com a anulação ou não abertura de concursos para preenchimento das mesmas.-----

Disse ainda que as proposta do governo de reorganização dos Centros de Saúde implicam até agora o negativo, isto é o encerramento de serviços a partis das 20h, entre eles os conhecidos CATS, os SAP ou atendimento complementar.-----

Frisou que esta é a realidade dos factos e o resto são projectos, e por conseguinte opõem-se ao encerramento dos serviços, nomeadamente dos serviços afectos aos Centros de Saúde, no concelho como em todo o país, assim se como opõem intransigentemente ao iminente encerramento da Maternidade de Torres Vedras.-----

Declarou que defendem a dotação dos Centros de Saúde, ou Unidades de Saúde de meios humanos e materiais necessários ao seu bom funcionamento, nomeadamente integrando novas valências, são psicólogos, técnicos de apoio social, fisioterapeutas, dentistas, higienistas oral e outros meios auxiliares de diagnostico, como análises clínicas e raios e alargar o seu horário de funcionamento.-----

Defendem também a criação de uma rede pública regional de cuidados continuados, por conseguinte todas as soluções, têm de passar, pela manutenção e melhoria substancial dos Centros de Saúde e suas extensões, por uma rede eficaz e moderna de cuidados primários de saúde, que são defendidos pela

O.M.S.-----Frisou que se trata de cumprir legislação internacional de direitos internacionais, e também a nossa constituição de República Portuguesa.-----Quanto às unidades de saúde familiar, que foi o que suscitou mais reservas no relatório apresentado, visto que o mesmo está orientado para uma escolha prévia do seu relator principal, o qual defende as unidades de saúde familiares, com paixão. Tinha muitas dúvidas, tal como elas estão a ser utilizadas.-----

Indicou que a ideia é positiva, mas posta em prática, o que já acontece no nosso concelho, e até parece uma solução expedita, pragmática, mas do ponto de vista prático, não possuiu capacidade presente e futura de cobrir o universo, das dezenas de milhar de pessoas que não têm médico de família, nem tem capacidade para solucionar o grave problema das filas de espera. Se os actuais médicos que constituem as 2 equipas, ou a constituir levassem toda a lista de utentes, ou se aumentassem, não poderiam jamais, dar resposta cabal.

-----Deste modo, estas unidades não possuem os recursos necessários, que o governo central, não tem entregue ao Centro de Saúde, e também não está a entregar essas equipas, a menos que estas arranjem dinheiro por mecenato como foi já referido e elogiado.-----Relativamente a estas unidades, temia que

perversamente se venham a tornar entidades totalmente privadas, pois aquilo que têm vindo a assistir é uma política de privatização dos serviços públicos e das grande empresas públicas.-----Quanto ao Centro

Hospitalar, disse que está de alma e coração que continue de facto a missão/vocação do hospital do barro/sanatório para determinados casos, mas que todo o espaço que sobra seja de facto utilizado e não está a ser, é um desperdício num governo que fala tanto em aproveitar e racionalizar os custos.-----Para terminar fez notar

que se há falta de médicos em Portugal, sendo uma das causas o facto de que a sua esmagadora maioria estar em vias de aposentação e se são necessários mais médicos que se abram novas universidades e se elimine o “*numeros clausus*”.-----Teve de

seguida a palavra o membro da comissão **Sr. Flores da Cunha**, que também considera, tal como já mencionado, que a saúde no concelho de Torres Vedras, continua doente, mas segundo os indicadores, doente para

pior.-----Disse que nos cuidados de saúde primários, o único dado positivo que viu foi a criação de duas unidades de saúde familiar, e os utentes incluídos nestas unidades, estão melhor agora do estavam, contudo à custa de que se tivesse aumentado de cerca de 5 mil para quase 11 mil o número daqueles que não têm médico de família, assim como à custa de que na parte rural não haja unidades de saúde familiar, nem se saiba

quando.-----Relativamente às instalações, lembrou que quando o Centro de Saúde de Torres Vedras, foi planeado para ter 5 blocos, que o governo da altura resolveu cortar para 3, mas não viu então, da parte deste órgão, nem daqueles que são tão ágeis, quando os governos são de cor contrária diferente, organizarem manifestações, como quando se falou que a maternidade vai fechar. Saliu que neste momento existiria mais 40% de salas e provavelmente, muito melhor atendimento que aquele que existe, no caso dos cuidados de saúde primários.-----Referiu que com a legislação actual não tem medo desde que, toda a gente tenha direito a um Serviço Nacional de Saúde, como diz a constituição, gracioso, mesmo que prestado por privados, desde que os privados estejam convencionados pelo Estado, e que o Estado lhes pague, e não que a população seja obrigada a ir para consultórios privados.-----Disse que a lei prevê as IPSS ou as autarquias dinamizarem a constituição de Unidades de Saúde Familiar, ou mesmo privados, quando as equipas de médicos não cheguem.-----Assim entendia que, quer a autarquia quer as juntas de freguesia, deviam estar muito atentas estas últimas no sentido de conseguirem para a sua terra Unidades de Saúde Familiar, porque não sendo um serviço óptimo, será melhor do que o que está agora.-----Relativamente aos cuidados de saúde primários alertou que o número de torrienses sem médico de família duplicou num ano, o que não pode continuar, e significava um agravamento.-----Quanto à estrutura hospitalar, não tinha dúvida que a primeira coisa a fazer é definir para que serve o Ex Hospital José Maria Antunes, e se vai ser um sanatório tem que ser dotado de condições para funcionar como sanatório de doenças infecto-contagiosas, de tuberculose multi-resistente, e doentes com sida, o que requer condições muito especiais. Entendia que não pode funcionar como está, independentemente da cor do governo.-----No que se refere ao Hospital de Torres Vedras, achava que também não melhorou, e não falava em qualidade, mas na quantidade dos serviços prestados. Fez notar que houve especialidades que praticamente deixaram de funcionar, como o caso da Urologia, que era uma especialidade de referencia a nível deste hospital e neste momento, não se efectuam cirurgias nesta área. Os doentes que precisam, tem que ir para outros hospitais, o que constituiu uma menos valia para o concelho de Torres Vedras.-----

Deu nota que também existe legislação relativamente à rede de cuidados continuados, sendo uma área em que a autarquia tem que ver o papel que eventualmente poderão ter.-----

Para concluir disse que sabia que a saúde é muito cara, e é cara em toda a parte do mundo, e em Portugal talvez mais cara ainda devido às condições em que vivemos, no entanto é preciso chamar continuamente a atenção dos autarcas do concelho, os quais têm um papel também a desenvolver,

quer nos cuidados de saúde primários, quer nos continuados.-----O membro da Comissão *Sra. Ana Elisa* proferiu de seguida algumas palavras sobre o ponto em apreço, assim:-----

Começou por referir que as 18 extensões do Centro de Saúde no Concelho de Torres Vedras, uma extensão por freguesia, reflectem a proximidade dos serviços do estado junto do cidadão. O direito à saúde é indiscutível, a forma e as condições como se concretiza esse direito, levanta no entanto polémicas nos mais variados quadrantes políticos e mesmo dentro deste, as opiniões são diferenciadas.-----

-----Disse que numa questão estão de acordo, é necessário fazer mais, é necessário exigir mais e, nesta matéria, cabe um papel preponderante aos Presidentes de Junta de Freguesia os quais devem continuar a agir, a improvisar, a atender nas necessidades das populações que representam.-----Referiu que as circunstâncias actuais das 18 extensões do Centro de Saúde de Torres Vedras e distribuídas pelas 18 freguesias do concelho são variáveis conforme aliás se denota dos inquéritos aos presidentes de junta, que consta do anexo II. Trata-se de um levantamento, de um diagnóstico preliminar do estado da saúde no concelho. Os inquéritos foram elaboradas tendo em conta as preocupações das pessoas, de uma forma simples e objectiva.-----Referiu ainda que é necessário aperfeiçoá-los ir mais ao fundo, ir ao cerne das questões e procurar soluções por forma a que todos, quer vivamos na cidade sede do concelho quer nas povoações limítrofes, tenhamos acesso á saúde de forma igualitária o que, como se verifica, não tem vindo a acontecer tendo em conta que apenas existem duas unidades de saúde familiar na cidade sede de concelho.-----

Assinalou que os edifícios que albergam as extensões do Centro de Saúde são, na sua maioria, ou da propriedade das Juntas de Freguesia ou das denominadas Casa do Povo ou Associações de Socorros e poucas foram projectadas e construídas com a finalidade primária de centro de saúde.

-----Assinalou também que apesar de instalações apropriadas ou adequadas à prática médica e de enfermagem, desta circunstância resulta que alguns gabinetes médicos são demasiado pequenos para acolher secretária e cadeira do médico, a cadeira do utente e familiar, maca, arrumos, equipamento médico básico e de diagnóstico, resultando ainda inadequada disposição dos gabinetes médicos, sala de espera dos utentes com áreas insuficientes, sanitários, recepção e zona administrativa insuficiente bem como, em alguns casos, a existência de barreiras arquitectónicas, cujo caso paradigmático é o da Silveira, e que dificultam o acesso dos utentes com pouca ou difícil mobilidade.-----Assim, disse que tais condicionantes físicas reflectem-se na pior ou melhor organização e funcionamento dos serviços médicos e administrativos, o que faz com que o

atendimento dos utentes não seja prestado nas condições mínimas exigíveis e reconhecidas pelo direito à saúde. A que acresce a falta de motivação e empenho por parte de alguns funcionários públicos.-----Para além das condicionantes físicas, os serviços de saúde não correspondem, na maioria das situações, às necessidades dos utentes, nomeadamente ao nível dos recursos humanos com a falta de médicos, enfermeiros, administrativos e equipamento médico e de diagnóstico para os utentes inscritos.-----

-----Acrescentou que a falta de recursos humanos e de meios reflecte-se por sua vez na deficiente prestação de cuidados de saúde quer primários quer ao nível de planeamento familiar e de saúde materna e infantil, bem como dos cuidados médicos prestados ao domicílio que quase não existem, verificando-se o reencaminhamento dos utentes, mais uma vez para o centro de saúde da cidade e centro

hospitalar.-----

Em conclusão, disse que embora estas questões e problemas não sejam da competência directa e responsabilidade das autarquias deve existir da parte destas e dos seus Presidentes de Junta um maior envolvimento e sensibilização na procura de soluções tendentes a satisfazer as necessidades de cuidados de saúde primários da comunidade, garantindo assim o primado do direito á saúde g a r a n t i d o p e l a

constituição.-----Para

finalizar agradeceu ao colega José Augusto de Carvalho, a experiência e o trabalho, as constantes reuniões e o contributo para finalizar o relatório em discussão, assim como aos colegas Nozes Pires e Flores da Cunha.-----O **Sr.**

Gonçalo Patrocínio, apesar de não fazer parte da comissão, congratulou-se com o trabalho desenvolvido e apresentado pela mesma, o qual denota a urgência e a necessidade para a existência de uma comissão de acompanhamento dos assuntos de saúde em Torres Vedras.-

-----Concordou que não se enquadra no âmbito da comissão a análise dos serviços de saúde que são prestados mas enquadra-se a necessidade de que, como órgãos autárquicos, tenham uma intervenção numa das questões que consideram mais importante para os cidadãos que representam.-----Entendia que o Presidente da Câmara devia ter a saúde como preocupação e prioridade, e como tal o relatório em apreço, devia ser remetido ao Órgão Executivo,

para que junto das autoridades competentes do governo central e do Centro Hospitalar, façam valer essas preocupações, de modo a que, não sejamos, nos anos vindouros, ultrapassados por outras instituições de nível da região e continuemos a proporcionar os cuidados principais e primários à população do concelho.-----Interveio a **Sra. Susana Neves** que começou por congratular

também o diagnóstico elaborado pela comissão, que entendia que devia ser

aprofundado.-----Reforçou que gostaria de deixar o seu contributo sobre os cuidados continuados, tendo entregue à mesa um relatório, do qual fez uma breve síntese:----- Declarou que o progressivo envelhecimento da população associado ao aumento da esperança média de vida, reclama novas respostas quer sociais, quer de cuidados de saúde. Tais respostas, devem ser facilitadoras da autonomia e participação dos destinatários e simultaneamente, vir no reforço das capacidades e competências das famílias para lidar com essas situações, designadamente, no que respeita às obrigações da vida profissional com o acompanhamento familiar.-----

-----Lembrou que o recente Decreto-lei n.º 101/ 2006 de 6 de Junho, veio consagrar um modelo de intervenção integrado e articulado da saúde e da segurança social que prevê a participação e colaboração de diversos parceiros sociais, a sociedade civil e o Estado. Mas se por um lado este diploma nos consagra uma tipologia de serviços ideais, por outro nos deixa transparecer, que no nosso concelho, ainda há um caminho longínquo a percorrer para se alcançar cuidados continuados qualificados e equipas intermédias de cuidados continuados, em situações de pós-alta nos hospitais, paliativas e apoios domiciliários com respostas sociais alargadas e diferenciadas como complemento aos cuidados de

saúde.-----Disse que dos 53 Médicos do Centro de Saúde, apenas 35 prestam Cuidados Continuados Domiciliários, não existindo um horário definido para prestação destes cuidados e apenas intervêm uma hora por semana e somente por sinalização. Exceptua-se a USF ARANDIS, que tem um médico específico para os Cuidados Continuados Domiciliários, um dia por semana, no entanto parece que não é suficiente.-----

-----Referiu que os Cuidados Continuados Integrados Domiciliários são assegurados basicamente pelos Enfermeiros, não havendo um controlo sintomático integrado, onde os cuidados médicos e de enfermagem, psicológicos e sociais, se reúnam sistematicamente, e que também não funcionam estes cuidados por chamada, mas somente por marcação.-----

-----Fez notar que sendo actualmente insuficiente a capacidade de resposta na área da terapia ocupacional e fisioterapia, o projecto do Centro Hospitalar de Torres Vedras prevê ainda e de forma positiva, uma Unidade de Ambulatório, proporcionando desta forma uma continuidade de cuidados na área da motricidade humana, como dignificação da qualidade de vida do utente. Contudo o Protocolo não prevê situações com necessidades de fisioterapia de continuidade no domicílio e até mesmo fisioterapia paliativa, para alívio da dor e desconforto do estado de acamado e prevenção de complicações

respiratórias.-----Salientou

que este projecto, prevê positivamente cuidados continuados integrados de internamento, não prevê uma equipa hospitalar de gestão de altas, designadamente uma equipa intermédia.-----

----Por último, alertou que a todos enquanto membros desta assembleia e decisores de boas práticas, torna-se premente repartir a terminologia de “humanização de cuidados de saúde”, tornando-a mais sistémica, encaminhando-a para uma intervenção de cuidados continuados holísticos, envolvendo para além do controlo médico-terapêutico e de enfermagem, os cuidados sociais, psicológicos e de motricidade e isso deveria passar pela mobilização dos recursos locais, na constituição de mais e diferenciadas

parcerias.-----Terminou a sua intervenção frisando que o que se objectiva é somente o alcance de uma morte mais familiar e menos uma morte hospitalar.-----O

presidente da Junta de Freguesia da Carvoeira, *Sr. José Manuel Cristóvão*, interveio apenas para corrigir uma informação que consta no anexo III, referente à extensão da Carvoeira, uma vez que o edifício não pertence à Junta de Freguesia, mas à paróquia.-----

Terminadas todas as intervenções, o *Sr. Presidente da Câmara*, informou que o Professor Daniel Bessa lhe deu a conhecer que o estudo de planeamento das estruturas hospitalares no Oeste contempla uma solução repartida: a criação de uma unidade nova para servir o norte da região Oeste, localizada algures entre as Caldas da Rainha e Alcobça, e uma unidade a servir a parte sul, que se consubstanciaria no Hospital Distrital de Torres Vedras mantendo as valências actuais e aumentando as mesmas, com o Hospital Distrital e o Hospital José Maria Antunes a trabalhar em sintonia, e com valências

repartidas.-----O *Sr. António Esteveira* alertou que a autarquia devia estar atenta, uma vez que já têm havido vários estudos que são feitos mas ficam na “gaveta”.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 5 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Fevereiro, Março e Abril do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, na qual a dívida a fornecedores em 1 de Fevereiro ascendia a € 4.048.876,33 com saldo de tesouraria de € 4.185.509,06.-----

-----Iniciou este ponto o membro *Flores da Cunha* começando por alertar que o Decreto Lei 169/99,

de 18.09, na sua actual redacção diz que as assembleias ordinárias devem assegurar um ponto, que é o em discussão, ao qual não se devia roubar tempo, o que sabia que aconteceu na sexta-feira, extraordinariamente devido à discussão do IC11. Entendia também que devia ser o primeiro assunto a g e n d a d o n a s r e u n i õ e s ordinárias.-----

-----Atento ao facto de o Presidente da RTO ter anunciado em conferencia de imprensa que iriam ser construídos no Oeste 12 a 15 unidades hoteleiras de 5 estrelas, com respectivos campos de golf, das quais 3 já estavam licenciadas em Torres Vedras, questionou quais.-----

-----O **Sr. Joaquim Gomes**, referindo-se à exposição do Presidente no que se refere a Património Histórico Cultural, questionou que tipo de recolha histórica etnográfica teve lugar em Maxial e Dois Portos e qual o seu fundamento.-----

-----Ainda dentro do mesmo assunto, deu nota que há um cidadão em Casalinhos de Alfaiata que possui um património paleontológico de grande envergadura, e nem a Câmara, nem a Junta foram visitar o local.-----

-----Deu nota ainda que existe espólio arqueológico no local onde se está a construir a variante entre a Fonte Grada e o Varatojo, questionando se o mesmo está a ser acompanhado por um arqueólogo.-----

-----A **Sra. Dalila de Carvalho** questionou se a pintura de passadeiras e de traços de via referidas na exposição, já contempla uma passadeira na Praceta Antero de Quental, em Santa Cruz, que faria a ponte entre a praceta, os acessos às praias e os contentores do lixo.-----

-----Aproveitou para dar os parabéns à Câmara pelas obras executadas em Santa Cruz, mas manifestou o seu receio porque se diz que as mesmas levaram a e n c u r t a r o e s t a c i o n a m e n t o e m c e r c a d e 4 0 0 lugares.-----

-----O **Sr. Nozes Pires**, tendo presente todas os assuntos que têm sido alvo de discussão nesta Assembleia, do interesse do Oeste, inquiriu se não seria útil, a média prazo realizar-se um congresso da Cidade, onde todos pudessem ajudar, colaborar e ver qual a vocação do concelho de Torres Vedras.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** interveio para falar novamente na EN9, para insistir que Torres Vedras deve tomar medidas enérgicas, para este problema que se arrasta há 20 anos. Disse que a via está muito degradada e custa-lhe entrar na bonita cidade de Torres Vedras, e ver canos por todo o lado e valetas em mau estado.-----

-----Reportando-se à resposta que o edil torriense deu sobre as contrapartidas do IC11 para a EN9, solicitou que não se misture este assunto com o projecto da EN9.-----

-----O **Sr. João Bastos** solicitou que lhe fosse disponibilizado o documento relativo à estratégia do Plano de Urbanização de Santa

Cruz.-----Em relação à questão do espólio de Casalinhos de Alfaiata, pediu o uso da palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Silveira, **Sr. Mário Miranda** para esclarecer o membro da Coligação Democrática Unitária que a afirmação não corresponde à verdade, até porque ele foi uma das pessoas que acompanhou o anterior Executivo a conhecer o citado espólio paleontológico.-----Aplaudiu também as obras de Santa Cruz, informando que estão a ser criadas alternativas de estacionamento pela autarquia, mas não foram perdidos 400 lugares como mencionado.-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** questionou para que se destina o limite de endividamento médio/longo prazo no valor de €25 373 346,40.-----O **Sr. Luís Miranda**, manifestou a sua satisfação com a apresentação do documento em apreciação, tanto mais que um dos pontos da ordem de trabalhos foi a discussão da Prestação de Contas do Município. Assim quando se questiona onde é empregado o dinheiro, basta analisar a exposição do Presidente da Câmara.-----Fez de seguida uma breve elocução das obras realizadas pela Câmara, salientando que se trata de um trabalho que é contínuo, e haverá com certeza alguns locais onde ainda não foi possível chegar, mas onde chegará brevemente.-----Deu os parabéns à Câmara pela edição e apresentação das obras literárias, Guardadores do tempo, Azenha de Santa Cruz e Torres Vedras em Número, realçando a importância deste último livro, principalmente para os munícipes que residem há pouco tempo no concelho, e desta forma é possível conhecer a realidade do mesmo.-----Referiu também como dado importante a frequência da biblioteca com 14 500 utilizadores, tendo em conta que significa mais de 7000 frequências por mês. Disse que seria importante que a autarquia apoiasse a instalação de bibliotecas nas juntas de freguesia, assim como realçou a importância da construção de uma nova biblioteca, sendo este um sinal que os serviços camarários não se preocupam só com obras, mas com as pessoas essencialmente.-----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----
-----Começou por informar que se trata de uma unidade hoteleira propriedade do Campo Real, situada na Freguesia do Turcifal.-----Relativamente à recolha etnográfica no Maxial e Dois Portos informou que se destina a trabalhos de constituição de um novo museu.-----Corroborou a informação dada pelo autarca da Silveira, ao que acrescentou que estão a negociar com o proprietário do espólio a recolha do material, no sentido de protocolar o desenvolvimento deste trabalho.-----

No que se refere ao espólio arqueológica na Fonte Grade esclareceu que há uma estreita ligação e acompanhamento entre a Fiscalização Municipal e o Museu sempre que surge este tipo de descobertas.-----

----Em relação às questões sobre Santa Cruz esclareceu que as passeiras serão pintadas brevemente, e com as obras de requalificação em curso, apenas foram perdidos 70 lugares. No entanto existem algumas bolsas de estacionamento que já foram negociados e vão ser disponibilizados cerca de 1200 novos lugares.-----

-----A propósito da sugestão para a realização de um Congresso da Cidade lembrou que foram quase nulas as inscrições, para o Congresso do Oeste, que se realizará nos dias 4 e 5 de Maio em Alcobaça, para o qual todos os membros tinham sido convidados, sendo este um fórum importante para os Oestinos se afirmarem.-----

Aproveitou para assinalar que não é um defensor de uma especialização do concelho de Torres Vedras, já que a sua riqueza é a diversidade, e a especialização no seu entender não trará qualquer mais valia.-----

Concordou com as preocupações do autarca da Ponte do Rol, sobre a EN9, e também ele não gosta de caniços, o que infelizmente é algo que nos caracteriza enquanto região.-----

Para terminar informou que um dos destinos do endividamento será certamente o Mercado Municipal, e agradeceu as referencias do membro Luís Miranda -----

PONTO 6 – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28.06.06 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS A ADQUIRIR PARTE DE IMÓVEL JUNTO AO CASTRO DO ZAMBUJAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

----Presente ofício número 2630, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26 de Fevereiro último a remeter o processo supra mencionado, e a informar que o Executivo deliberou, tendo por base a informação do Sr. Director de Departamento Administrativo e Financeiro em anexo, reconhecer que houve um lapso no valor constante da acta da reunião do Executivo de 30/05/06, uma vez que o preço de €2,50, por metro quadrado, o valor do terreno com a área de 488,480m², corresponde o montante total de € 1221.200,00 e não € 1.220.000,00, pelo que solicitam a rectificação da deliberação da Assembleia Municipal de 28/06/06.-----

-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, fez uma breve introdução do assunto, tendo presente que se trata apenas de uma correcção de valor e não se tendo registado intervenções passou de imediato à

votação.-----A
Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, rectificar a sua deliberação de 28.06.06 - Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras a adquirir pelo valor de € 1.221.200,00, parte de imóvel junto ao Castro do Zambujal, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.-----

PONTO 7- AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS A DESAFECTAR DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, E CONSEQUENTE INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DA AUTARQUIA, A ÁREA DE 1100 M², NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 5508, de 5 do corrente, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a enviar o processo supra identificado, e a solicitar o seu agendamento.-----

-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, informou que fruto da actualização do levantamento topográfico, a área a desafectar, correspondente à antiga estrada e zona envolvente à ponte de Varatojo é de 606,38m², e não 1100m² como indicado, pelo que será sobre esta área que a Assembleia Municipal tem que deliberar.-----

-----Não se registando intervenções, submeteu o ponto à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou autorizar, por unanimidade, a Câmara Municipal de Torres Vedras a desafectar do domínio público municipal, e consequente integração no domínio privado da autarquia, a área de 606,38m², nos termos da alínea b) do n.º 4 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.-----

PONTO 8 – RECONHECER O INTERESSE PÚBLICO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA FONTE GRADA – PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES CULTURA E RECREIO, IPSS DE FONTE GRADA;-----Presente ofício número 4543, de 26 de Março último, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a enviar o processo em título e a solicitar o seu agendamento, a fim de ser declarado o interesse público da obra, para ser instruído o processo junto da CCDRLVT, uma vez que o Executivo deliberou propor a declaração de utilidade pública da construção do pavilhão gimnodesportivo, não se opondo à ocupação do espaço de Reserva Ecológica Nacional, dado que no local em questão já se encontra construído há mais de 20 anos um Polidesportivo descoberto, e tem todo o interesse para o concelho, a construção deste pavilhão.-----

-----O *Sr. Presidente da*

Câmara esclareceu que a designação de pavilhão gimnodesportivo não está correcta, porque a Fonte Grada não tem nenhum pavilhão coberto, o que tem é um polidesportivo descoberto, o qual está implantado em RAN e REN. Pretende-se a sua desafecção da REN de forma a cobrir o espaço em causa, passando o mesmo a pavilhão polidesportivo.-----Acrescentou que não se trata de um aumento da área impermeabilizada, mas, para que se possa licenciar o processo é necessária a referida desafecção, sendo necessário a declaração de interesse público por parte dos Órgão Autárquicos.-----

-----Não se registaram intervenções e o Presidente da Mesa, submeteu à votação o ponto em apreço.-----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade reconhecer o interesse público do Pavilhão Gimnodesportivo da Fonte Grada – propriedade da Associação de Moradores Cultura e Recreio, IPSS de Fonte Grada;-----

Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.-----

PONTO 9 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO ORGÂNICO DO SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA N) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

Presente ofício número 5507, de 5 do corrente, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a solicitar o agendamento da alteração ao n.º 2 do art.º 11 do regulamento em título.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata apenas de formatar o que tem sido a prática corrente, e alterar a eleição do Conselho de Administração para o período de um mandato.-----

O *Sr. Gonçalo Patrocínio* questionou se deixar de poder ser reconduzido ou substituído, total ou parcialmente pela Câmara, não será um entrave, para, a meio do mandato poder substituir o Conselho de Administração.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que se trata sempre de um poder que a Câmara Municipal possui.-----

Terminadas as intervenções, passou-se à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, a 2.ª proposta de alteração do Regulamento Orgânico do Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, no qual o n.º 2 do art.º 11 passa a ter a seguinte redacção:” O Conselho de Administração, constituído por membros da CMTV ou cidadãos que não sejam membros do órgãos municipais, serve pelo período do mandato dos titulares dos órgãos da autarquias locais”.-----

Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.----- **APROVAÇÃO**

DA ACTA EM MINUTA:-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----
-----Pelas 23.35 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
